



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

YANCA VIRGÍNIA ARAÚJO SILVA

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: SUA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
EM EVIDÊNCIA**

Linha De Pesquisa: Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais

**CAMPINA GRANDE- PB
2023**

YANCA VIRGÍNIA ARAÚJO SILVA

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: SUA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
EM EVIDÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza.

**CAMPINA GRANDE- PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586f Silva, Yanca Virgínia Araújo.
Fundamentos do serviço social: sua produção de conhecimento em evidência [manuscrito] / Yanca Virgínia Araújo Silva. - 2023.
100 p. : il. colorido.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.
"Orientação : Profa. Dra. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza, Departamento de Serviço Social - CCSA. "

1. Serviço social. 2. Produção de conhecimento. 3. Fundamentos do serviço social. I. Título

21. ed. CDD 362

YANCA VIRGÍNIA ARAÚJO SILVA

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: SUA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
EM EVIDÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em: 22/05/2023



Prof.^a Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza – UEPB
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Mônica Barros da Nóbrega – UEPB
Membro Titular Interno



Prof. Dr.^a Tatiana Reidel – UFRGS
Membro Titular Externo

Dedico essa dissertação à minha família:

*Ao meu pai Francisco Sérgio, minha mãe Adeilda Silva,
meus irmãos Júnior, Yara e Priscila pelo cuidado e
carinho de sempre.*

*À Ariel Moraes, um amor que a vida me presenteou, pelo
afeto, companheirismo e respeito.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu bom Deus por ter me permitido chegar até aqui! Sem Ele, eu nada seria;

Agradeço ao meu pai Francisco Sérgio M. da Silva e a minha mãe Adeilda de Araújo Silva, meus maiores incentivadores e exemplos de seres humanos, por não medirem esforços para que eu trilhasse os caminhos do conhecimento, mesmo em tempos arenosos;

Ao meu amado irmão, Sérgio Júnior, e minhas irmãs, Yana Priscila e Yara Synthia, a quem eu me inspiro diariamente nas suas lutas e conquistas. Vocês foram os maiores e melhores torcedores nesta caminhada;

Ao meu esposo Ariel Moraes por todo o apoio, carinho e compreensão. Obrigada por acalmar meu coração nos momentos mais difíceis, por nunca ter me deixado desistir, e por ter chorado comigo;

À toda a minha família, especialmente ao meu cunhado Thiago Moraes;

À todos os/as colegas de Mestrado, sobretudo, à Clara Ezequiel e Wagner Araújo, com quem pude compartilhar as tristezas e as alegrias.

À minha doce e querida orientadora Moema Amélia Serpa Lopes de Souza pelas experiências e conhecimentos compartilhados;

À todos os/as professores/as do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, pela dedicação e pelos saberes transmitidos, e aos funcionários, pela atenção dispensada;

Aos membros da banca, professoras doutoras Mônica Barros da Nóbrega e Tatiana Reidel pelas valiosas críticas e significativas contribuições para o enriquecimento deste trabalho;

À CAPES, pelo apoio financeiro;

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente estiveram em meu caminho nesses anos de caminhada. O apoio de todos/as foi fundamental.

“Os tempos mudavam, no devagar, depressa dos tempos”.

Guimarães Rosa

RESUMO

O estudo ora apresentado analisa as concepções de Fundamentos do Serviço Social presentes nos estudos da pós-graduação no Brasil, particularmente, nas teses defendidas e aprovadas nos Programas de Pós-Graduação (PPG) na área de Serviço Social, entre os anos de 2015 e 2020. Também é objetivo desse estudo identificar a/as perspectiva/as teórica-metodológica/as que ancoram esse debate na contemporaneidade. As aproximações realizadas encontram-se fundamentadas na teoria social crítica, cujo propósito consiste em revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo. Metodologicamente foi priorizada a realização de pesquisa bibliográfica, envolvendo as teses de doutorado disponibilizadas em meio digital, considerando o acesso de domínio público, e o tipo de análise adotado foi a análise de conteúdo. No processo de coleta da amostra foi considerado o descritor “Fundamentos do Serviço Social” (ou fundamentos combinados à correlatos: da profissão, profissionais) no título, resumo e/ou palavras-chave. Foram encontradas 5 (cinco) teses, de um universo de 633 (seiscentos e trinta e três), que passaram a compor o universo da pesquisa. Os resultados após análise das teses sugerem uma similaridade na compreensão dos Fundamentos. Dentre as concepções de Fundamentos priorizadas no universo pesquisado identificamos: a indissociabilidade entre a tríade história, teoria e método, que ancoram os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, e a apreensão das matrizes explicativas da realidade e da profissão, que permitem interpretar o movimento do real e o significado da profissão, para responder ao tempo presente. Foi possível constatar, ainda, que, embora os estudos apresentem objetos de diversas naturezas, não divergem quanto à adoção da perspectiva teórica-metodológica para iluminar o debate sobre os Fundamentos e que esta vem sendo hegemonicamente informada pela totalidade histórica do real. Comparece, portanto, no debate da produção intelectual sobre os Fundamentos do Serviço Social, uma adesão e fortalecimento da direção social estratégica do atual projeto ético-político profissional.

Palavras-Chave: Serviço Social. Fundamentos. Produção de conhecimento.

ABSTRACT

The study presented here analyzes the conceptions of Fundamentals of Social Work present in postgraduate studies in Brazil, particularly in the theses defended and approved in the Postgraduate Programs (PPG) in the area of Social Work, between the years 2015 and 2020. This study also aims to identify the theoretical-methodological perspectives that anchor this debate in contemporary times. The approximations made are based on critical social theory, whose purpose is to reveal the dynamics of the movement between the appearance and the essence of the object of study. Methodologically, bibliographical research was prioritized, involving doctoral theses made available in digital media, considering public domain access, and the type of analysis adopted was content analysis. In the sample collection process, the descriptor "Fundamentals of Social Work" (or fundamentals combined with related ones: the profession, professionals) was considered in the title, abstract and/or keywords. Five (5) theses were found, out of a universe of 633 (six hundred and thirty-three), which became part of the research universe. The results after analyzing the theses suggest a similarity in understanding the Fundamentals. Among the concepts of Fundamentals prioritized in the researched universe, we identified: the inseparability between the triad history, theory and method, which anchor the Nuclei of Rationale for Vocational Training of the 1996 ABEPSS Curriculum Guidelines, and the apprehension of the explanatory matrices of reality and the profession, which make it possible to interpret the movement of reality and the meaning of the profession, in order to respond to the present time. It was also possible to verify that, although the studies present objects of different natures, they do not differ regarding the adoption of the theoretical-methodological perspective to illuminate the debate on the Fundamentals and that this has been hegemonically informed by the historical totality of the real. Therefore, in the debate of the intellectual production on the Fundamentals of Social Work, there is an adherence and strengthening of the strategic social direction of the current professional ethical-political project.

KEYWORDS: Social Work. Fundamentals. Knowledge Production.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ALAETS	Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social
ALAIETS	Associação Latinoamericana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANAS	Associação Nacional de Assistentes Sociais
APAS	Associação Profissional de Assistentes Sociais
BH	Belo Horizonte
BM	Banco Mundial
CAPES	Cooperação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Social
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CELATS	Centro Latino-Americano de Serviço Social
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Conselhos Regionais de Assistentes Sociais
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DC	Desenvolvimento de Comunidade

ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ERE	Ensino Remoto Emergencial
ESS	Escola de Serviço Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IES	Instituições de Ensino Superior
MRLA	Movimento de Reconceituação Latino-Americano
OC	Organização de comunidade
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PPC	Projeto Pedagógico dos Cursos
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESSUNE	Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE
SSC	Serviço Social de Casos
SSG	Serviço Social de Grupos
UCMG	Universidade Católica de Minas Gerais
UNE	União Nacional dos Estudantes

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Tabela 01 – Teses que versam sobre os Fundamentos do Serviço Social (2015-2022)	71
Quadro 2 – Temas recorrentes nas teses de doutorado que versam sobre os Fundamentos do Serviço Social (2015-2020)	88

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. O SOLO HISTÓRICO-PROFISSIONAL DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	19
2.1.O movimento de reconceituação latino-americano como lócus de partida.....	20
2.2. A renovação do Serviço Social brasileiro: o Método BH desenhando o caminho da ruptura.....	29
3. O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO EM MOVIMENTO: sintonizando o debate dos fundamentos ao tempo presente	49
3.1.A profissão se move: transformações societárias e o ensino superior brasileiro.....	50
3.2.O Serviço Social frente a crise: elementos fundamentais para o debate dos fundamentos da profissão	60
4. FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: concepções presentes na produção do conhecimento em análise	68
4.1.Concepções de Fundamentos expressas na produção de conhecimento do Serviço Social pós Movimento de Reconceituação Latino-Americano e da renovação do Serviço Social brasileiro.....	71
4.2.Concepções de Fundamentos do Serviço Social expressas na produção do conhecimento na contemporaneidade.....	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERENCIAS	92
APÊNDICES	99

1. INTRODUÇÃO

Partimos de um pressuposto de que o debate dos Fundamentos do Serviço Social, no atual contexto de crise capitalista, intensificado pela grave crise sanitária da Covid-19 está no cerne das disputas por um projeto de formação profissional, e mais, por um projeto de profissão. É possível identificar, nesse estágio, a ascensão do pensamento neoconservador no âmbito das Ciências Social Aplicadas, o que nos levou a questionar os rumos desta profissão, particularmente a sua produção intelectual. O Serviço Social, enquanto profissão inserida na realidade dinâmica e contraditória do real não está isento de inflexões, de avanços e de recuos.

O que pode ser observado quanto a substância dessas inflexões é que elas se articulam em torno de processos particulares e inter-relacionados da realidade, dos quais podemos destacar: a reestruturação produtiva e a flexibilização com suas incidências sobre as relações entre capital e trabalho; o ideário neoliberal e as contrarreformas do Estado, incidindo sobre as políticas sociais, com destaque para a política de educação superior e as contrarreformas que recaem sobre a universidade pública brasileira; e a influência cultural do pensamento neoconservador e sua face pós-moderna.

No Serviço Social esse contexto é favorável à reatualização de práticas conservadoras e à reincidência de um arcabouço ideo-político e teórico metodológico também conservadores, que legitimam a ordem burguesa. A ocorrência de tais aspectos fragiliza e compromete o conhecimento crítico da realidade, logo, a direção social desta profissão, ao mesmo tempo em que, aliena as relações cotidianas e oculta os problemas inerentes ao sistema capitalista.

A reversão dessa predominância conservadora sobre a profissão começa a ser sinalizada a partir dos anos 1960, quando a profissão entra em contato com teoria social marxista e, a partir dessa interlocução, produz a crítica e a recusa ao tradicionalismo e conservadorismo societário e profissional. Repõe-se, a partir de então, a necessidade de ressignificar a formação, a prática profissional e a produção intelectual do Serviço Social na contracorrente, nutrindo-se de um projeto profissional crítico comprometido com a classe trabalhadora.

Os determinantes do presente tempo histórico nos convocam, pois, a fortalecer a crítica radical da sociedade, e a buscar os Fundamentos ontológicos para desvendar

a realidade em suas diversas dimensões e determinações. Seguindo na direção dessas reflexões o presente estudo assume a tarefa de analisar as concepções de Fundamentos do Serviço Social presentes no debate atual da profissão reveladas nos estudos da pós-graduação no Brasil.

Sabendo do alcance e da centralidade da produção intelectual em nível de pós-graduação no âmbito do Serviço Social, acreditamos que esse estudo poderá possibilitar maior visibilidade sobre o tema, sobretudo, num contexto em que há um embate decisivo entre razão e desrazão, entre modernidade e neoconservadorismo de inspiração pós-moderna, que vem ganhando espaço no Serviço Social (GUERRA, 2010). Nossa intenção é contribuir teoricamente com o debate na agenda profissional, acerca dos Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, e fortalecer a formação crítica, tendo em vista que estes Fundamentos não se encontram consensuados na literatura existente, e, muitas vezes são secundarizados nas produções da área, como pudemos constatar neste trabalho, e em outras produções que versam sobre o tema¹.

Considerando tais apontamentos, o pressuposto da nossa análise partiu do seguinte questionamento: **Que concepções de Fundamentos compõem no atual debate da profissão?**

Na perspectiva de responder esse questionamento traçamos um caminho metodológico que permitisse analisar as concepções sobre os Fundamentos do Serviço Social presentes nas teses defendidas entre os anos 2015 e 2020 nos programas de pós-graduação no Brasil; e identificar qual/quais as perspectivas teórica-metodológicas ancoram este debate sobre os Fundamentos. As aproximações para explicar nosso objeto de investigação encontram-se fundamentadas na teoria social crítica, cujo propósito consiste em revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo. Teoria esta que adota o método de análise fundamentado na razão dialética, tendo como eixo categorial a totalidade, a contradição, a mediação e a historicidade.

Em tempos de desconstrução da verdade é importante enfatizar que:

O procedimento metodológico na perspectiva marxista consiste em “partir do empírico (os fatos), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno

¹ Dentre elas podemos destacar: Iamamoto (2015), Netto (2016), Silva (2019), Goin (2016) e Closs (2015).

e reconstruir, no plano do pensamento, todo esse processo. O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, retorna sempre ao ponto de partida [...]. Os 'fatos', a cada nova abordagem, se apresentam como produto de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas [...]. A pesquisa, portanto, procede por aproximações sucessivas ao real, agarrando a história dos processos simultaneamente às particularidades internas (NETTO, 1992, p. 30)

A adoção da perspectiva pretendida nos permitiu apreender os fenômenos da realidade como totalidades concretas, sem os riscos das armadilhas idealistas (PONTES, 2002).

Assim, buscamos nesse estudo, apreender o objeto na totalidade de relações que o determina, realizando sucessivas aproximações na trajetória que vai da aparência ao movimento da essência, na tentativa de reproduzir, no âmbito do pensamento, a riqueza e complexidade do movimento do real. Portanto, como totalidade social rica em determinações e contradições, típicas de um determinado processo histórico que se desenvolve com o protagonismo dos sujeitos sociais.

Metodologicamente a pesquisa realizada caracterizou-se como bibliográfica, e justificou-se à medida em que o material empírico consiste nas teses produzidas no âmbito da pós-graduação *stritu sensu* em Serviço Social no Brasil, considerando àquelas disponíveis eletronicamente no Banco de Teses e Dissertações da Plataforma Sucupira². Através da pesquisa bibliográfica é possível analisar

[...] uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas (GIL, 1999, p. 65).

A decisão em delimitar tais fontes (teses de doutorado) decorreu do suposto de que parte importante da produção de conhecimento no país, e, em particular, do Serviço Social, se desenvolve no processo de formação de novos pesquisadores no interior da Pós-Graduação, e se justifica, pois de acordo com Cantalice (2013, p. 24), é em torno dessa produção “[...] que se expressa à extensão das influências e das tendências teórico-metodológicas incorporadas pelo Serviço Social, cuja essência

² Plataforma responsável por armazenar e divulgar os produtos de mestrado e doutorado das pós-graduações a nível nacional.

incide na perspectiva de captura do real e na articulação de estratégias para a prática profissional”. Quanto ao recurso digital, a opção se deu em razão das facilidades de acesso e de agilidade na aquisição do material a ser analisado.

Privilegiamos a abordagem de critérios quantitativos e qualitativos, os quais nos permitiram uma representação da realidade adequada para os propósitos desse estudo. Sobre a opção em considerar ambos os critérios, destaco as palavras de Prates, (2012, p.123):

[...] dos estudos classificados como quantitativos e qualitativos, e não só pode, como deve valer-se de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se como outro tipo de estudo, com particularidades que emanam de ambos. Exatamente por enfatizar a articulação de dados dos dois tipos, são mais coerentes com o método marxiano de investigação, que ressalta essa relação como necessária.

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, explicitamos as concepções de Fundamentos do Serviço Social presentes na produção de conhecimento da área, considerando dois momentos: o primeiro, que compreende o período pós Movimento de Reconceituação Latino Americano (MRLA) e Renovação do Serviço Social brasileiro; e o debate dos fundamentos na contemporaneidade. Consideramos os estudos de Carmelita Yazbek, Yolanda Guerra, Marilda Yamamoto, José Paulo Netto e Cláudia Mônica Santos, para o primeiro momento de nossa exposição, pesquisadores/as que possuem uma produção teórica já consolidada no Serviço Social brasileiro.

No que concerne ao segundo momento, analisamos as teses defendidas entre os anos de 2015 e 2020, em Programas de pós-graduação no Brasil de forma a revelar a ênfase do debate contemporâneo. O processo de coleta de dados, através do levantamento das teses, obedeceu aos seguintes critérios de seleção: a) área de avaliação: Serviço Social; b) área de conhecimento: Serviço Social e Fundamentos do Serviço Social; c) descritor Fundamentos do Serviço Social (ou fundamentos combinados à correlatos: da profissão, profissionais) no título, resumo e/ou palavras-chave. Tais critérios foram norteadores no processo de coleta, em razão do número significativo de produções disponíveis na plataforma Sucupira, e de forma a atender aos objetivos do estudo no prazo limite estabelecido para a apresentação dos resultados ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UEPB. E aqui cabe ressaltar que todo esse processo de aproximação ao objeto, assim como de

sistematização dos resultados, sofreu interferência direta do contexto pandêmico da Covid-19, o qual impactou na construção desse estudo, e que deve ser considerado.

Na etapa inicial do mapeamento identificamos um total de 633 (seiscentos e trinta e três) teses de doutorado, sendo 603 (seiscentos e três) destas correspondentes à área de conhecimento em Serviço Social, e destas, 30 (trinta) teses referentes à área de Fundamentos do Serviço Social. Após essa constatação, partimos para a leitura dos títulos, resumos e/ou palavras-chaves. Do total de teses encontradas na etapa de mapeamento geral (30), apenas 05 (cinco) atenderam aos critérios anteriormente explicitados, compondo assim, a amostra da pesquisa.

Com o intuito de ordenar, resumir e analisar as informações contidas nas fontes, de maneira que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa apresentado, elaboramos, inicialmente, um roteiro de leitura desse material (APÊNDICE A), que permitisse extrair os elementos fundamentais para apreensão do objeto de estudo.

Para subsidiar a análise crítico/analítica pormenorizada de todo o material coletado, consideramos os elementos historicamente mais significativos, as conexões existentes entre esses elementos e a identificação dos elos fundamentais que efetuassem a mediação entre a essência e a aparência, ou a reprodução do concreto pensado.

A partir das análises, foi possível constatar a similaridade na explicitação da concepção de Fundamentos do Serviço Social, que transitam entre a apreensão da história, da teoria e do método, que ancoram os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, bem como, a apreensão das matrizes explicativas da realidade e da profissão, que permitem interpretar o movimento do real e o significado da profissão, para responder ao tempo presente.

Posto isso, os resultados do presente estudo foram condensados em quatro capítulos, iniciado por esta introdução, que tratou de abordar preliminarmente sobre o objeto de estudo e a metodologia adotada para fins da investigação.

No segundo, a análise voltou-se para a trajetória sócio-histórica do Serviço Social, abordada a partir do Movimento de Reconceituação latino-americano, e seus desdobramentos na realidade brasileira com a experiência de BH, que impulsionaram um processo de ruptura com o tradicionalismo e o conservadorismo presentes na

gênese da profissão. Trata-se de um período histórico no debate dos Fundamentos do Serviço Social, no qual se fazem presentes diferentes influências teórico-metodológicas e ídeo-políticas que perpassam a profissão ao longo de sua história, e que permearam a produção de conhecimento no interior dela.

No terceiro capítulo tratamos de situar o debate dos Fundamentos do Serviço Social na realidade em que esse estudo se insere – na contemporaneidade, abordando aspectos determinantes da crise estrutural do sistema capitalista e as transformações societárias das últimas décadas, de modo a apreender as repercussões desse cenário para o Serviço Social brasileiro. Buscamos, sobretudo, apontar as implicações sobre o trabalho profissional, a formação e a produção do conhecimento do Serviço Social.

No quarto capítulo procedeu-se a análise da produção intelectual da área, delimitada na amostra deste estudo, apresentando, a partir de produções recentes o debate das concepções de Fundamentos presentes na literatura crítica que emerge no pós-MRLA e renovação brasileira. Apontamos também, algumas contribuições coletivas para o debate em questão, referendando a direção social crítica; e àquelas (concepções) que ancoram os estudos de doutorado no tempo presente, relevando os resultados da pesquisa realizada, que nos dão um norte para apreender os rumos da produção de conhecimento da área.

Por fim, teceremos algumas considerações sobre o tema, seus limites e possibilidades nos marcos da produção do conhecimento na área do Serviço Social.

2. O SOLO HISTÓRICO-PROFISSIONAL DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições dada diretamente e herdadas pelo passado. A tradição de todas as gerações sobrecarrega o cérebro dos vivos.

KARL MARX.

A compreensão que perpassa o Serviço Social na contemporaneidade, enquanto especialização do trabalho, rica de determinações, demanda a capacidade teleológica de “realizar a viagem de retorno à profissão” (IAMAMOTO, 2008, p. 240), como premissa para a apreensão das suas bases histórico-sociais. Nas palavras de Marx (1978, p. 120), “é a anatomia do homem [sua forma mais evoluída] que permite conhecer a anatomia do macaco [sua forma primeira] – e não o contrário”. Não se trata de um mero retorno às memórias do passado, mas busca-se um aprofundamento do presente e a qualificação de um futuro ainda em construção.

Esse esforço de compreender o presente a partir da reconstituição do passado (não muito distante), ou como sugere Walter Benjamin “escovar a história a contrapelo” (LÖWY, 2011), nos possibilita, na letra de Yazbek (2018, p. 49), “ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações sociais mais amplas que o condicionam e lhe atribuem características particulares”.

Seguramente, “situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão” (IAMAMOTO, 2014, p. 621). Apreender, portanto, o contexto histórico-social e econômico do desenvolvimento capitalista industrial, mais precisamente, a transição do capitalismo concorrencial para a fase monopólica³, período da sociedade brasileira, que marca a emergência e profissionalização dessa profissão, parece-nos uma tarefa substancial.

Nosso objetivo central, aqui, é oferecer elementos caros à trajetória histórica do Serviço Social, que permitam a compreensão de seus *fundamentos*, tendo como ponto de partida para reflexão o Movimento de Reconceituação (MR), “*etapa mais*

³ Fase esta que marca a divisão social do trabalho de diversas profissões na qual o Serviço Social está incluso. Para maiores esclarecimentos ver Netto (2005a).

relevante da história do Serviço Social na América Latina” (NETTO, 1976, apud IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p. 28, grifos das autoras), assim como, elucidar o redimensionamento dos referenciais teórico-metodológicos do Serviço Social na particularidade brasileira.

Apreender, portanto, os condicionantes do Movimento de Reconceituação, e a sua processualidade no solo brasileiro, objetivo deste capítulo, pressupõe traçar alguns elementos das condições sócio-históricas que deram sentido e significado à essa profissão. Para Guerra (2020), é condição *sine qua non* de toda análise que se pretende materialista histórica e crítico-dialética, buscar os fundamentos ontológicos na realidade social, examinando-a no seu processo de totalização, considerando-a como uma totalidade em processo.

2.1. O movimento de reconceituação latino-americano como lócus de partida

O desenvolvimento da profissão é produto histórico que se modifica permanentemente, na busca de uma legitimidade teórica e prática, capaz de manter a contemporaneidade da profissão, frente aos desafios que cada momento histórico apresenta. Isto porque, a profissão “só existe em condições historicamente determinadas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 20). A realidade, portanto, em suas manifestações contraditórias, constitui-se na principal determinação para a constituição e o desenvolvimento profissionais.

Elucidar os elementos da trajetória histórica, considerando a reconceituação e seus desdobramentos, nos permite compreender “que o Serviço Social transforma-se e nega-se no movimento da história para *re-nascer* novo e superior, ainda que permanecendo o mesmo” (IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p. 30).

Do solo improvável que já se desenhava em meados da década de 1960, no contexto latino-americano, suscitou-se grandes embates e resistências de uma geração de assistentes sociais que respira luta, sem restar dúvidas de que foram sujeitos atuantes na contramão da regressiva conservadora. O período em questão marca a radicalização acadêmica e técnico-profissional do Serviço Social, ou, como afirma Santos (2007, p. 164) “o sacudir da poeira do passado [...] por meio de uma notável articulação latinoamericana.”

A emergência do Movimento de Reconceituação situa-se, segundo Netto (2005), no quadro das transformações mundiais operadas na transição da década de 1960 a 1970, período que marca a reestruturação do processo de acumulação capitalista. Com duração de aproximadamente uma década, de acordo com a literatura analisada, a experiência da *reconceptualização* (ou reconceituação) do Serviço Social emergiu do cenário de contestações latino-americanas ao padrão de dominação burguês, que desde o fim da Segunda Guerra Mundial sinalizava o esgotamento das ondas longas de crescimento capitalista.

O contexto histórico-social de crise orgânica que assolava os países latino-americanos (NETTO, 1981), somado à Guerra Fria, e à experiência da Revolução Cubana, na década de 1950, gestou nestes países, um quadro sociopolítico favorável, tendo como motor pulsões de movimentos sociais organizados por trabalhadores(as), estudantes e intelectuais, negros e mulheres em defesa dos seus interesses enquanto classe que vive do trabalho. Nas palavras de Netto (2005, p. 8) “o quadro conjuntural balizado por 1968 constituía, em si mesmo, o cenário adequado para fomentar a contestação de práticas profissionais como as do ‘Serviço Social tradicional’.”

Tratava-se, pois, de um momento oportuno para a reversão da expressão cultural que, no âmbito da ordem monopólica, constituiu-se como um grande impulsionador do Serviço Social, conforme análises de Netto.

Sabe-se que a relação do conservadorismo/tradicionismo com o Serviço Social brasileiro localiza-se na gênese da profissão, na sociedade burguesa. Essa relação é resultante das necessidades do capital e do Estado, na busca por meios capazes de promover a integração entre as classes trabalhadoras, frente as sequelas da “questão social”⁴, e conter as ameaças ao padrão de dominação burguês.

Iamamoto (2013, p. 223) aponta que a profissão emerge, nesse cenário, “como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador”. A fundamentação e formulação de seus primeiros objetivos político/sociais foi buscada, inicialmente, na doutrina social da Igreja Católica, tendo como norte posicionamentos de cunho humanista conservador, contrários aos ideários liberal e marxista. (YAZBEK, 2018).

⁴ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 1996, p.77)”.

A partir dos anos 1940, esse conservadorismo católico que caracterizou a origem do Serviço Social no Brasil, começou a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e com suas proposições de trabalho permeadas pelo caráter conservador de viés positivista, o qual “restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação”, voltando-se, essencialmente, para ajustes e conservação da ordem estabelecida. (YAZBEK, 2009, p. 168).

Esta perspectiva de cunho positivista, ao invés de produzir uma ruptura com as tendências pragmatistas na profissão, ao contrário, promoveu o seu reforço e atualização, ao mesmo tempo em que ofereceu ao profissional um suporte técnico-científico, preservando o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao Homem” (IAMAMOTO, 2013).

Nesse sentido, o Serviço Social nasce e se desenvolve geneticamente vinculado ao pensamento conservador. No plano histórico-cultural, é essa “expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa [...]” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 40-41), que garante a manutenção e legitimidade ao padrão de sociabilidade baseado na propriedade privada dos meios de produção; logo, a inserção da profissão no conjunto das relações sociais capitalistas é organicamente pautada pela influência conservadora.

Segundo Iamamoto (2013), a fonte de inspiração do pensamento conservador, resulta de um modo de vida do passado, que é repostado como forma de interpretar o presente e como conteúdo de um programa exequível para a sociedade capitalista. Destaca-se no conservadorismo, a necessidade de velar as contradições próprias a esta sociedade e as desigualdades por ela geradas, ao passo que empreende esforços para manutenção da sua coesão e reprodução.

Ainda de acordo com a autora supracitada, é característico do conservadorismo a tendência de uma apreensão de sociedade como uma composição de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo privilegiado é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tomados como fonte da sociabilidade e da moralidade. Valorizam-se os elementos sagrados, irracionais, em detrimento do primado da razão. Radicaliza-se a individualidade e a liberdade é subjetivada. A autoridade é legitimada pela tradição e pelos costumes (IAMAMOTO, 2013).

Tais elementos encontram-se profundamente enraizados no discurso e na prática dos/as profissionais, “tornando-se parte integrante da configuração da profissão” (ibidem, 2013, p. 33).

A contestação do Serviço Social conservador/tradicional começa, portanto, a ser sinalizada a partir da década de 1960. Nessa quadra histórica, três vetores caracterizaram as mediações entre o cenário sociopolítico de mobilizações e o movimento de crítica aos fundamentos tradicionais da profissão (NETTO, 2005; 2015).

O primeiro deles diz respeito à revisão crítica conferida na fronteira das Ciências Sociais, que influenciou a profissão na medida em que questionava a fonte primária de sustentação teórico-metodológica de que se valia (funcionalismo, quantitativismo e a superficialidade), e que embasava as disciplinas sociais acadêmicas (NETTO, 2015).

Em segundo lugar, estava o deslocamento sociopolítico de instituições vinculadas ao Serviço Social, especialmente a Igreja Católica, através de posturas concretamente anticapitalistas e antiburguesas. Nas palavras de Netto (2015, p. 189), tais mudanças afetaram o Serviço Social de várias formas, das quais destaca:

No quadro da formação (sensibilizando setores docentes por outras vias menos vulneráveis às pressões sociais), no quadro da ação (mediante a sua relação com as militâncias laicas e suas “obras sociais) e no quadro da sua visão de mundo (coroando-se um clima de diálogo vocacionado para debilitação do velho sectarismo vaticano).

O terceiro e último vetor se refere ao protagonismo do movimento estudantil, este que, de acordo com Netto (2015) condensa todas as alterações assinaladas, e as inserem no universo da reprodução da categoria profissional (as agências de formação e as escolas).

Tais vetores resultantes de um movimento continental externo à profissão, se desdobraram em uma série de elementos, como veremos ao longo de nossa análise, que impulsionaram a erosão das formas tradicionais do Serviço Social, organicamente pautadas pela influência do pensamento conservador, cuja essência transitava sob a ótica liberal-burguesa por meio de práticas empiristas, reiterativas, paliativas e burocratizadas realizadas pelos seus agentes (NETTO, 1981),

Desde sua emergência, “como um movimento de denúncia – de autocrítica e de questionamentos societários”, a Reconceituação tinha

“como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos” (IAMAMOTO, 2011, p. 207).

Foi este cenário de inquietude e explosão contestatória que impulsionou ao Serviço Social uma revisão crítica das bases conceituais, da práxis, e do arsenal ideológico-filosófico, que até então lhe embasava e dava substância.

Ander EGG e Barreix (1975) apud Machado et al. (2019) afirmam que a chamada “Geração 65”⁵ despontou articulada às forças do Cone Sul, a partir do I Seminário Latino-Americano de Serviço Social, em 1965, em Porto Alegre (RS), como iniciativa autônoma dos países Argentina, Brasil e Uruguai. Apesar das diferenças nacionais, o debate nestes países “[...] foi fortemente marcado por uma perspectiva crítico-dialética que passava pelos condutos da prática política–partidária”. (IAMAMOTO, 2018, p. 214).

Nos marcos da reconceituação, registra-se também, a criação de um importante organismo de cooperação técnica internacional, o Centro Latino-americano de Trabajo Social (CELATS)⁶ que, ligado à Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS)⁷, estimulou a manutenção do espírito crítico no Serviço Social latino-americano, enquanto “*pioneiro no impulso à incorporação da pesquisa como competência dos assistentes sociais*”, entre 1975 e 1985. (IAMAMOTO, 2018).

À vista disso, o argumento central dos *reconceptuadores* partia da recusa ao transplante dos modelos europeu e norte-americano (positivista/funcionalista), de modo a repensar a profissão em face das expressões da “questão social”. Nesse sentido, construiu-se uma frente de profissionais latino-americanos no sentido de

⁵ Referência aos sujeitos históricos que vivenciaram e impulsionaram os processos históricos a partir de 1965. Para outras notas cf. Ander Egg, Fernandez e Barreix (1975).

⁶ De acordo com Lemos et al. (2018), o CELATS foi criado em 1974, como organismo acadêmico da ALAETS. Contaram, para essa iniciativa, com o apoio da Fundação Konrad Adenauer, instituição vinculada à Democracia Cristã Alemã. A autora aponta que seus estatutos foram aprovados em 1975, em El Salvador, mas somente em 1976 foi reconhecido pelo governo peruano como organismo de cooperação técnica internacional, após se estabelecer no Peru.

⁷ Data de 1965 a criação da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS), atualmente denominada de ALAIETS (Associação Latinoamericana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), no contexto do *V Congresso Pan Americano de Serviço Social da OEA*. De acordo com Lemos et al. (2018, p. 6), sua origem decorreu da busca por independência do Serviço Social norte-americano e da *Organização dos Estados Americanos* (OEA), no enfrentamento das suas particularidade e dilemas latino-americanos, e com objetivo de construir um Serviço Social comprometido com os povos oprimidos do continente latino-americano.

rever e ultrapassar as limitações apresentadas pelos pressupostos teórico-metodológicos do Serviço Social alicerçados na sua tradição, nos quais a necessidade do controle social sobre a classe trabalhadora, expressa por uma intervenção profissional seletiva, assistencialista e focada no indivíduo, fossem reconceitualizados.

Isto posto, empenhados(as) na renovação profissional, assistentes indagavam-se sobre:

O papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da 'questão social', sobre a adequação dos procedimentos profissionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social (NETTO, 2005, p. 9).

Denunciava-se, assim, “a importação de parâmetros profissionais, o capitalismo dependente e o imperialismo estadunidense” (IAMAMOTO; SANTOS 2021 p. 44), com o objetivo de criar um Serviço Social voltado, sobretudo, à realidade continental “subdesenvolvida” e dependente, de modo a considerar as particularidades da formação sócio-histórica do continente.

Não por acaso, na sua gênese imediata, a questão chave do MR buscava explicar “*qual a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento?*” (NETTO, 2005, p. 9).

Em se tratando desse pressuposto, Ortiz (2010, p. 162) destaca:

A Reconceitualização questionava o papel dos assistentes sociais no processo de superação da condição do subdesenvolvimentismo dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses da população [...] Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, está fundamentada no grande monopólio internacional.

Cornely (2002) afirma, ainda:

O método funcionalista, de forte inspiração positivista, mostrava-se simplesmente ineficaz na nossa realidade, onde um sistema injusto gerava a maioria dos problemas que “desajustavam” grandes segmentos da população. Sentiam, estes grupos, a urgente necessidade de intercambiar idéias [sic] entre si. (CORNELLY, 2002, p.16)

É diante dessa problemática que surge uma grande e heterogênea união de assistentes sociais contra o tradicionalismo, convencidos e dispostos a colaborar para

as “*mudanças sociais*” necessárias, com vistas à superação do quadro de subdesenvolvimento econômico e social (NETTO, 2005).

Ao recuperar os fundamentos sócio-históricos da profissão, Netto (2005; 2015) assinala duas grandes tendências heteróclitas compondo a frente de *reconceptualizadores*. A primeira delas, vinculava-se aos projetos *nacional-desenvolvimentistas* de planejamento social, inspirado no debate cepalino (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ou Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas), e “apostava numa espécie de *aggiornamento* do Serviço Social, capaz de *modernizá-lo* a ponto de torná-lo compatível com as demandas macrossocietárias” (NETTO, 2005, p. 10).

A premissa ideológica da proposta nacional-desenvolvimentista residia na defesa do desenvolvimento nacional a partir da industrialização, tendo o Estado como o agente central de mudança (MOLJO et al. 2021), para atuar na superação da pobreza e do subdesenvolvimento. A intervenção estatal era considerada indispensável para redimensionar os recursos públicos e investir em setores estratégicos, sobretudo, àqueles ligados ao grande capital, contribuindo, assim com o processo de acumulação, e com a suposta modernização da indústria nacional, numa combinação entre o “arcaico” e o “moderno” (FERNANDES, 2005; OLIVEIRA, 2006).

Nota-se que, apesar de contrapor-se ao imperialismo, essa perspectiva modernizante não rompe com os gargalos do desenvolvimento social e econômico desigual e periférico, próprios do sistema capitalista de produção. De igual forma, as proposições incorporadas pelo Serviço Social não estabelecem uma superação das suas ações tradicionais, uma vez que a ruptura “se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalistas excludente, concentradora, exploradora” (FALEIROS, 1987, p. 51).

Em face do exposto, importa-nos, tão somente, destacar que:

Não há aqui uma afronta à propriedade privada, mas ao contrário a defesa de setores da classe burguesa comprometidos com o desenvolvimento nacional, empreendedores dessa dinâmica, de uma “autêntica revolução burguesa” e de uma ampliação das camadas médias urbanas e de setores do proletariado urbano e rural representados na coalizão governamental (MOLJO et al. 2021, p. 138).

No que tange à segunda tendência do Movimento de Reconceituação apontada por Netto (2005), constituída por setores mais jovens e radicalizados da sociedade,

por sua vez, “jogava numa inteira *ruptura* com o passado profissional, de modo a sintonizar a profissão com os *projetos de ultrapassagem das estruturas sociais* de exploração e dominação” (NETTO, 2005, p.10, grifos do autor).

Essa tradição reuniu diversas orientações progressistas como forma de dar uma nova condução à organização política da classe trabalhadora. Para esse propósito, relacionou diferentes caminhos e frentes de lutas, dos quais destacamos: “desenvolvimento, anti-imperialismo, ruptura com a dependência e um forte “espírito” anticapitalista, como transição socialista, amplamente ancorada na tradição marxista.” (MOLJO et al. 2021, p. 139)

Para Netto (2005), a articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana

[...] põe na ordem do dia um intercâmbio e uma interação profissional diferentes, apoiados no explícito reconhecimento da urgência de fundar uma articulação profissional continental que respondesse às problemáticas comuns da América Latina, uma unidade construída autonomamente, sem as tutelas confessionais ou imperialistas. (2005, p. 11)

Posto isto, foi somente através da reconceituação que o Serviço Social latino-americano se aproximou de perspectivas teóricas progressistas e da própria tradição marxista, ainda que essa aproximação tenha se dado, inicialmente, de forma pouco sistemática e através de manuais partidários e/ou de fontes secundárias (NETTO, 2015).

Iamamoto e Santos (2021) registram, dessa aproximação, três correntes teórico-políticas do pensamento de esquerda assentadas na tradição marxista, que florescem no Serviço Social latino-americano, e que reverberaram de forma incisiva na Reconceituação, necessárias para a compreensão da sua processualidade.

A primeira delas diz respeito a “*teologia da libertação*” da Igreja Católica, com uma virada à esquerda, embasada nas Ciências Humanas, no “marxismo” e na tradição marxista, tendo como principal espectro teórico influenciador Althusser, além de outros teóricos de grande relevância como: Guevara, Gramsci Lukács, Korsch e Marcuse (IAMAMOTO; SANTOS, 2021). Esta esquerda cristã se insere nas lutas sociais do continente, realizando “forte crítica moral e social do capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo, como uma forma de pecado estrutural” (LÖWY, 2000, p. 61).

Outra chave analítica diz respeito a “*teoria da dependência*” que, em seu debate interior, contrapunha-se fortemente aos argumentos do imperialismo, sob as contribuições de autores(a) emblemáticos(as) como Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, dentre outros. E, por fim, a proposta do educador brasileiro Paulo Freire de “*educação como prática da liberdade*”, que é transversal em todo o Serviço Social latino, como elemento voltado “à formação da consciência crítica e ao protagonismo dos sujeitos” (IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p. 40-41).

Para Iamamoto e Santos, (2021, p. 43) essa “ambiência teórica e política da esquerda latino-americana”, que penetra a profissão explicitava uma clara recusa aos ideários tradicionais, “condensadas no Serviço Social de casos (SSC), no Serviço Social de Grupos (SSG) e na Organização e Desenvolvimento de Comunidade (OC e DC), balizados pela ONU”, com o propósito de atribuir um caráter científico às suas ações e avançar na compreensão dos seus fundamentos.

Tais correntes cumpriram (e cumprem), a seu modo, um papel fundamental de subsidiar criticamente a profissão frente as formas de exploração e dominação do sistema capitalista de produção, no contexto das economias periféricas e dependentes, de modo a superar essa sociabilidade e os problemas estruturais a ela inerentes, em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Ademais de toda essa ambiência, é preciso considerar que, como todo movimento seminal e instaurador, o MRLA também foi atravessado por equívocos e descaminhos (NETTO, 2005). Dentre eles, ressalta-se: um suposto “apoliticismo” na denúncia do conservadorismo, conduzindo muitas vezes a profissão a um ativismo político em forma de militantismo; a total recusa às “teorias importadas”, o que dificultou, de início, o acesso às fontes originais marxistas; e o “*confusionismo ideológico*” entre os diversos pensamentos da esquerda, que acabou ocasionando um ecletismo na apreensão das tradições marxistas (NETTO, 2005, p. 13).

Contudo, é inconteste que foi o Movimento de Reconceituação, salvo os seus equívocos, que “[...] abriu caminho para a tomada de consciência dos assistentes sociais a respeito de sua verdadeira posição na sociedade, negando o que o Serviço Social e sua forma ideológica, o Assistencialismo, diziam de si mesmo” (SANTOS, 1983, p. 171).

E aqui cabe reforçar:

É após o processo de reconceituação e, com ele, da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social que, ao questionar sua 'base científica' europeu-americana, a preocupação com o conhecimento no e para o Serviço Social se fortalece (SPOSATI, 2007, p. 17).

Destarte, essa *grande união de reconceptuadores*, ainda em expansão, foi interrompida dadas as condições objetivas e conjunturais processadas no território latino-americano, tornando-se, segundo Netto (2005, p. 14), um movimento inconcluso. Seu desenvolvimento foi suprimido, e, com ele, os espaços democráticos de discussão, em razão de uma “maré montante das ditaduras latino-americanas” (NETTO, 2005) que se espalhou sobre a Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai, Peru e Brasil, neste mesmo decênio.

No Brasil, o Serviço Social só pode defrontar-se com o legado da reconceituação no final da década de 1970, em descompasso com o cenário latino-americano (BATISTONI, 2021). Isso porque, o país vivenciava desde os anos 1964, uma ditadura empresarial-militar, que abortou a ressonância e a difusão de ideais e forças progressistas que se encontravam na esteira do movimento nacional e latino, impactando, veementemente, a perspectiva de ruptura do MR.

A particularidade desse movimento no Serviço Social brasileiro será objeto de discussão a seguir, capturando um processo de renovação da profissão a partir das contribuições de José Paulo Netto (2015), que revela um acúmulo, já sobre orientação da perspectiva teórico crítico, e inaugura o entendimento de diferentes vertentes profissionais que emergiram no período de renovação do Serviço Social brasileiro, essenciais para a compreensão dos fundamentos históricos, teóricos-metodológicos e ídeo-políticos.

2.2. A renovação do Serviço Social brasileiro: o Método BH desenhando o caminho da ruptura

Em paralelo à experiência *reconceptualizadora*, como vimos, processava-se na conjuntura brasileira, o regime ditatorial militar, erguido com o golpe de Estado em 1º de abril de 1964, no qual cessou por 21 (vinte e um) anos os direitos políticos e as liberdades democráticas.

Se por um lado, o livre desenvolvimento do MR no país fora abortado por essa “página infeliz da nossa história”⁸, condicionando-o à existência de um cenário democrático (SCHEFFER et. al, 2021), por outro, evidenciou “o caráter contraditório dos fenômenos e processos sócio-históricos” (NETTO, 2015, p. 169). Isto porque:

[...] *instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava.* (NETTO, 2015, p. 169-170, grifos do autor).

Nesse sentido, à medida em que avança o projeto de autocracia burguesa⁹ no país,

[...] consolida-se um mercado de trabalho efetivamente nacional para os assistentes sociais, cresce o contingente profissional, realiza-se efetiva inserção da formação nos quadros universitários, sujeita às exigências de ensino, pesquisa e extensão. Instala-se a pós-graduação *stricto sensu* nutrindo a produção científica, o diálogo acadêmico com áreas afins, o mercado editorial e a renovação dos quadros docentes (IAMAMOTO, 2018, p. 216).

Tais elementos são fundamentais para a compreensão da virada de chave na profissão, tendo em vista suscitarem a construção de um *novo perfil* profissional.

Na particularidade brasileira, Batistoni (2021) aponta que a problemática à redefinição profissional assumiu a perspectiva hegemônica de uma face modernizadora e tecnocrática, atualizando a herança conservadora, ou, como assinala Aquin (2005) apud Iamamoto (2018), uma “reconceituação conservadora”.

Para Batistoni (2021, p. 73, grifos da autora), esse lapso temporal foi marcado com “fortes traços de funcionalidade ao regime autocrático, demarcando as *diferenciações* entre *projeto em oposição* na tensa disputa teórica e ideológica pela hegemonia na Renovação do Serviço Social brasileiro.”

As requisições postas pela autocracia burguesa à formação e ao exercício profissional, conduziram ao que Netto (2015) designou de *laicização do Serviço Social*, um dos elementos essenciais do processo de renovação. O processo de laicização expressa as diferentes apreensões de profissão e de realidade dentro da categoria profissional, seus vieses ídeo-culturais, políticos, teórico-metodológicos,

⁸ Verso da canção “Vai Passar” de Chico Buarque de Holanda, que faz referência aos anos sombrios da ditadura empresarial-militar de 1964.

⁹ Para a discussão desta noção, cf. Netto (2015), p. 27-149).

técnico-operativos e a consequente disputa pela hegemonia profissional em todas as suas instâncias. Vale salientar que, até a primeira metade da década de 1960, a profissão gozava de certa unidade no seio profissional, no que diz respeito às suas projeções interventivas, suas propostas e sua participação político-partidária (NETTO, 2015).

A tendência da modernização conservadora foi expressa nas formulações de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) (embora não se esgote nelas), restringindo-se no âmbito acadêmico¹⁰, como iniciativas de profissionais e docentes que compunham o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS) (NETTO, 2015). Conforme Netto (2015), o CBCISS protagonizou, ao longo desse período, importantes “seminários de teorização”, que possibilitaram a sua incorporação enquanto representante da categoria profissional, responsável quase exclusivo, pela sistematização da prática, do debate teórico e da ação profissional, no interior dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social.

Os documentos de Araxá e Teresópolis, assentavam-se em abordagens de cunho positivista/funcionalista, estruturalista e sistêmica, operando “para a manutenção, sem alterações de monta, das modalidades de intervenção e (auto)representações que matrizavam a profissão desde o início dos anos 1950” (NETTO, 2015, p. 156).

Seu enfoque principal estava direcionado para o desenvolvimento social e enfrentamento da pobreza pelo prisma da integração social, sendo incorporada pela profissão sem maiores críticas e/ou reflexões, configurando-se a partir de propostas de trabalho ajustadoras, manipulatórias, cuja base de sustentação encontra-se em um racionalismo formalista, reduzidos a regras formais, técnicas e instrumentos para a intervenção (YAZBEK, 2018).

Considerando tais aspectos, Simionatto destaca que

[...] as formulações do Serviço Social resultantes dos encontros de Araxá e Teresópolis não ultrapassaram os traços conservadores que marcaram historicamente a profissão, uma vez que não tiveram como alvo as implicações sócio-políticas da profissão, seus valores teóricos e ideológicos, mas reforçaram o projeto profissional comprometido com a política de dominação e

¹⁰ Santos (2007, p.170) ressalta que: “À medida que as ditaduras militares foram afirmando-se em vários países da América Latina, as experiências de renovação do Serviço Social ficaram cativas da esfera acadêmica, graças à relativa autonomia de que estas gozavam. Os espaços democráticos nos organismos de Estado eram, por seu lado, bem restringidos”.

controle das classes subalternas, ditada pelo Estado autoritário (SIMIONATTO, 1999, p. 179).

Assim sendo, determinou o processo de erosão do tradicionalismo profissional, além da dissincronia frente às demandas da sociedade, dos novos posicionamentos de setores da Igreja católica e do protagonismo do movimento estudantil, que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social, outro elemento de grande relevo: a rejeição à padrões externos e a subalternidade executiva, em que pese a influência funcionalista nas ciências sociais, que acabou adentrando na profissão (NETTO, 1991; 2015).

As bases do processo de erosão do Serviço Social tradicional respondem, pois, a uma característica da formação sócio-histórica brasileira, em que as forças conservadoras promovem mudanças “pelo alto” (COUTINHO, 2008), reafirmando, assim, a subalternidade da periferia em relação aos países capitalistas centrais (NETTO, 1991)¹¹.

O período que se segue, registra o deslocamento da perspectiva modernizadora para uma outra tendência do processo de renovação, cujo suporte teórico-metodológico foi buscado junto à fenomenologia.

Essa vertente, apontada por Netto (2015), não por acaso, de *reatualização do conservadorismo*, pretendia dar uma “nova” roupagem à profissão, e expressava uma profunda recusa aos padrões teórico-metodológicos da herança positivista. Destaca-se nessa perspectiva, os estudos de Anna Augusta de Almeida “Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social (1978)”, e de Ana Maria Braz Pavão “O Princípio de Autodeterminação no Serviço Social: uma visão fenomenológica” (1981).

A tônica das insatisfações se fez presente nos seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), onde questionava-se a validade e a causalidade do trato positivista, uma vez que não levava em consideração a subjetividade humana, que conduziria os sujeitos a uma suposta “transformação social” (NETTO, 2015).

Por outro lado, ao invocar valores e princípios humanistas (dignidade humana, diálogo, ajuda psicossocial)¹², esta tendência estaria também, salvaguardando componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, como mostra Netto (2015, p. 282):

Ao final da operação, a resultante deste empreendimento fenomenológico é a mais tranquila e explícita recuperação da autodeterminação constituída na

¹¹ Consultar Coutinho (2008) para um maior detalhamento.

¹² Um aprofundamento da discussão comparece em Almeida (1978) e Pavão (1988).

tradição conservadora: o “princípio” é (re)legitimado e, com ele, a constelação de postulados e demais “princípios universais” do Serviço Social é revalorizada acriticamente.

Em conformidade com essa análise, Cantalice (2013) ressalta:

Apesar de delimitar a adoção de novos valores e comportamentos à profissão, também não trará alterações significativas no processo de consciência e na direção social da profissão. Embora, nesse contexto, as contradições da realidade e o movimento das classes não mais correspondam à lógica de atuação da profissão e exijam dessa a incursão sobre novos rumos, ainda não teremos a passagem para outra forma de consciência e o rompimento com o projeto profissional conservador em vigor (2013, p. 108).

Nota-se que ambas as tendências destacadas até aqui (modernização conservadora e reatualização do conservadorismo), embora se propusessem a uma renovação teórico-metodológica e técnico-operativa do Serviço Social, revelam formulações que desaguaram na extensão do tradicionalismo/conservadorismo. E aqui, cabe destacar as palavras de Netto (2015, p. 314): “a culpa, se existe, não é de seus formuladores: é da dinâmica mesma das relações sociais tomadas na sua teimosa objetividade.”

Destarte, foi somente com a vertente da *intenção de ruptura* que o Serviço Social pode, de fato, vivenciar uma crítica radical do tradicionalismo até então arraigado na profissão, e pode explicitar uma crítica sistemática aos fundamentos teóricos, metodológicos e ideológicos da sociedade e da profissão, “[...] sobre bases quase que inteiramente novas; *esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais*” (NETTO, 318, grifos do autor).

Nas palavras de Netto (2015, p. 383),

É com a vertente da intenção de ruptura que repercutem produtivamente no Serviço Social no Brasil as questões referente à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade, apanhadas numa angulação que põe em causa a produção social (com ênfase na crítica da economia política), que ressalta a importância da estrutura social (com o privilégio da análise das classes e suas estratégias), que problematiza a natureza do poder político (com a preocupação com o Estado) e que se interroga acerca da especificidade das representações sociais (indagando-se sobre o papel e as funções das ideologias).

As primeiras aproximações desta tendência emergem na primeira metade dos anos 1970, logo após o decreto do Ato Institucional n.º 5 (AI-5) da ditadura civil-militar,

que marca um contexto de profunda repressão e violência policial militar. Seu processo de constituição se deu no quadro da estrutura universitária, a partir da experiência coletiva do grupo de jovens docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), que acabou sendo denominada na literatura profissional de Método BH, ou experiência de Belo Horizonte, sob o protagonismo de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, demarcando o processo de ruptura com o Serviço Social tradicional.

Sob a dinâmica contraditória do “terrorismo cultural sistemático” (NETTO, 2015), a equipe mineira iniciou o processo de revisão da formação profissional, dos Fundamentos do Serviço Social, com o propósito de criar uma proposta profissional em oposição aos moldes tradicionais.

Nesses termos, constituem o que Netto (2015) denominou de “súmula crítica do tradicionalismo”, expressa no documento “Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da UCMG” (1972), que se deu em três ordens de reserva:

- a) ideopolíticas: critica-se a sua aparente ‘neutralidade’ que, de fato, ‘se traduz no desempenho de funções voltadas para a defesa de determinados interesses’, exercendo, realmente, ‘um papel conservador’;
- b) teórico-metodológicas: nele, ‘os elementos teóricos não são revelados enquanto um corpo que orienta a ação, embora estejam subjacentes à atuação profissional’; ‘a realidade é concebida de modo abstrato e departamentalizado e os fenômenos sociais são explicados de modo fragmentário, a partir de uma visão microscópica e mutilada do mundo’; em última análise, o que o tradicionalismo oferece é ‘uma visão dicotômica entre a realidade social e os grupos sociais, entre a sociedade e os homens, entre o sujeito e o objeto’;
- c) operativo-funcionais: na perspectiva do tradicionalismo, ‘os elementos constitutivos da ação metódica não são explicados claramente’; ‘o objeto é definido unilateralmente, ora referindo-se à realidade objetiva, ora à realidade subjetiva’; ‘não existe a preocupação de se delimitar as áreas prioritárias de atuação’, escolhidas tão somente segundo o ‘critério de localização dos indivíduos, grupos ou comunidade’; enfim, o que compete ao Serviço Social tradicional é ‘eliminar as disfunções, os problemas de desadaptação, as condutas desviadas’. (NETTO, 2015, p. 353-354)

Conforme aponta Santos (2007, p. 166), a proposta na Escola visava, sobretudo:

romper com o esquema ‘tradicional’ do Serviço Social, mudar os elementos teóricos da formação profissional, enriquecê-los com as Ciências Sociais e dar muita ênfase na busca de novos campos de trabalho e práticas profissionais que ampliassem os horizontes até então demarcados pela visão e prática tradicionais e assistencialistas da profissão.

Para esta autora, a ruptura com o tradicionalismo da profissão significava ultrapassar as barreiras teórico-metodológicas do legado europeu e norte-americano, que ignoravam a gênese da “questão social” e os seus determinantes, ao passo que focalizavam em abordagens pragmáticas, individualistas, assistencialistas e psicologizantes dos problemas sociais (idem, 2007).

O Método BH provocou questionamentos aos procedimentos típicos do tradicionalismo, e, de igual forma, aos modelos explicativos da realidade até então presentes na profissão, e inovou interrelacionando o conhecimento, a pesquisa e intervenção direta com instituições ou grupos de população, representando, pois, um grande avanço para o Serviço Social.

Os pressupostos teóricos dessa *alternativa global* ao tradicionalismo (NETTO, 2015), resultaram na elaboração do documento “A Relação Teoria-Prática no Trabalho Social: Método BH”, um instrumento vital para a profissão, cujo objetivo era a formação de profissionais críticos e comprometidos com a população (SANTOS, 1983). Nesses termos, “ao assumir, conscientemente, uma posição ideológica, se assinala o primeiro salto qualitativo dos profissionais nos 40 anos de sua existência na América Latina” (SANTOS, 1983, p. 110).

Em contraposição às práticas importadas, a formulação de BH, partia da perspectiva da totalidade, própria da teoria social marxista, para a compreensão dos fenômenos sociais da realidade, apreendendo-os no seu contexto histórico, suas variáveis econômicas, sociais, e de classe (SANTOS, 2007). Em outras palavras, o grupo buscava com o método “novas alternativas de formação profissional; queríamos formar profissionais críticos, comprometidos com seu povo” (SANTOS, 1983, p. 8).

Não por acaso, na dinâmica da capital mineira, conjugava um caldo cultural de “importantes movimentos sindicais e populares [...]”, bem como, “[...] uma forte tradição estudantil não só democrática, mas com impulsões revolucionárias e socialistas [...]”, que tornaram BH “um *topus* adequado à expressão inicial do projeto de profissão da ruptura” (NETTO, 2015, p. 333-334).

Para Netto (2015) é a abrangência da atividade deste grupo mineiro no meio profissional latino-americano, que explicita a intenção de ruptura, de modo que até os dias atuais revela uma arquitetura única. Sobre esse aspecto é enfático:

O ‘método’ que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do

tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro *projeto profissional* abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive de um conjunto de suportes acadêmicos para a formação de quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (NETTO, 2015, p. 351-352)

No entanto, a elaboração também apresentou profundos equívocos e limitações, em que pese certo ecletismo, no qual mesclavam referenciais teóricos, concepções ideológicas e prático-profissionais, consequência de um acesso deficitário às fontes originais do pensamento marxista e marxiano. No contexto da autocracia burguesa, isso favoreceu uma visão reducionista dessa corrente, culminando no que Quiroga (1991) designou de “invasão positivista no marxismo”, o que não invalida as suas contribuições que marcam uma nova era do Serviço Social. Sobre esse aspecto a autora aponta Quiroga (1991, p. 93):

[...] os desdobramentos da contribuição de Marx significaram uma possibilidade não só de enriquecimentos, mas também de distorções e empobrecimento, quando se tornaram produto de influências reducionistas, que minaram algumas leituras que se fizeram de sua obra. Entre essas, relembre-se, encontra-se a influência do Positivismo.

Também no que se refere aos equívocos da aproximação ao marxismo, Quiroga (1991, p. 138) demonstra que havia, e ainda há, limitações quanto a compreensões do marxismo na profissão.

Assimilam-se e reproduzem-se, acriticamente, leituras que apresentam, entre outros pontos discutíveis: um Marx que agiganta a determinação do fator econômico como elemento único, gerador do desenvolvimento da sociedade; um Marx que supervaloriza o papel das classes, de sua luta, do significado do sujeito construindo sua história, desvinculado da base material que o sustenta; um Marx que é metodológico na própria acepção positivista, ou seja, que se reduz ao método; um Marx atrofiado à sua dimensão de cientista social ‘pesquisador’ da sociedade, desligado de sua convicção da necessidade de transformação dela.

Como podemos observar, apesar do grande avanço teórico-metodológico e ético-político a partir da interlocução com o marxismo, o Serviço Social, não conseguiu uma efetiva ruptura com o tradicionalismo. Contudo, os germes para a uma suposta renovação do Serviço Social já estavam dados no seio da profissão

Com equívocos maiores ou menores, aquele trabalho configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma

angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas (NETTO, 2015, p. 350).

Pois bem, o fato é que, embora o processo de renovação tenha expressado a sua fagulha no pré-1964, só encontrará as condições necessárias para o seu desenvolvimento com a crise da autocracia burguesa¹³. Sobre esse aspecto Netto (2015) é enfático: “a renovação do Serviço Social, no Brasil, mesmo que não se possa reduzir os seus múltiplos condicionantes às constrições do ciclo ditatorial, é impensável, tal como se realizou, sem a referência à sua dinâmica e crise”. (NETTO, 2015, p. 154)

É diante desse contexto que vai se dar, tardiamente, o enfrentamento da herança da reconceituação latino-americana no país, “[...] quando o próprio revigoramento da sociedade civil faz com que se rompam as amarras do silêncio e do alheamento político forçado a que foi submetida a maioria da população no cenário ditatorial” (IAMAMOTO, 2015, p. 215).

Em conformidade, lamamoto (2015, p. 234-235) aponta:

Se a reconceituação viabilizou a primeira aproximação do Serviço Social com o marxismo por rotas tortuosas, o primeiro encontro do Serviço Social com a obra marxiana, dela decorrendo explícitas derivações para a análise do Serviço Social, deu-se no Brasil, apenas na década de 1980. Tratou-se de um encontro de nova qualidade com a tradição marxista: mediado pela produção de Marx e por pensadores que construíram suas elaborações fiéis ao espírito da análise marxiana, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com as novas problemáticas emergentes com a maturação capitalista na época dos monopólios (A Gramsci, G Lukács, N. Poulantzas, E. Mandel, A Heller, entre outros).

Superados os hiatos iniciais e as debilidades teórico-metodológicas da incorporação do pensamento marxista, é com este referencial teórico equivocado em um primeiro momento, porém posicionado do ponto de vista sociopolítico, que a profissão passou a questionar sua prática institucional, bem como seus objetivos de adaptação social, ao passo que se aproximou continuamente dos movimentos sociais que emergiram do período ditatorial.

¹³ Cabe assinalar que, a experiência do “Método BH” foi prematuramente suprimida, em 1975, quando um grupo de estudantes protagonizaram uma greve com pautas e reivindicações acadêmicas, organizativas, em plena vigência do Ato Institucional n.º 5 (AI-5) da ditadura militar no país (SANTOS, 2007). Tendo em vista preservar os estudantes das penalidades do regime, um grupo de mais de trinta professores(as) da Escola de Serviço Social da UCMG resolveram, estrategicamente, renunciar os seus cargos (idem, 2007).

Conforme avança a crise da autocracia burguesa, vai se gestando uma nova massa crítica¹⁴ (NETTO, 2015) no interior da formação acadêmica do Serviço Social, e novas perspectivas para àqueles(as) que se dispunham à ruptura com as interpretações modernizantes e integradoras, contribuindo para a consolidação do projeto de intenção de ruptura.

Precisamente, foi a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em 1979, na cidade de São Paulo, que o Serviço Social pode mirar na direção da virada profissional, “[...] quando o próprio revigorecimento da sociedade civil faz com que se rompam as amarras do silêncio e do alheamento político forçado a que foi submetida a maioria da população no cenário ditatorial” (IAMAMOTO, 2015, p. 215).

Em meio à agitação e às pressões populares emergentes na conjuntura brasileira, os setores profissionais que já vinham construindo uma proposta crítica e alternativa à perspectiva tradicional, preparavam-se para a virada nos rumos do Serviço Social brasileiro.

Registra-se no decorrer desta década, profundas mudanças no desenvolvimento do Serviço Social, tendo em vista o enfrentamento e a denúncia do conservadorismo profissional, que já se desenhava em épocas precedentes, e a ascensão do debate sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil, inspirado na teoria social crítica (IAMAMOTO, 2014).

É desse movimento de recusa e crítica aos fundamentos conservadores, portanto, que brotam as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político, que possibilitou à profissão, ao longo da década de 1980 e na entrada dos anos 1990, germinar e formular uma direção social estratégica que colide com a política do grande capital; direção essa calcada em princípios e valores ético-políticos universais comprometidos com a construção de nova ordem social (NETTO, 1999).

Os projetos profissionais nos termos de Netto (1999, p. 4),

¹⁴ Netto (2015) registra os centros universitários de São Paulo, Rio de Janeiro e Campina Grande, como importantes conglomerados dessa massa crítica de profissionais animados com o espírito crítico de BH, especialmente àqueles/as ligados/a à docência.

apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas.

Toda a movimentação por uma redefinição do projeto profissional não se deu de forma alheia à dinâmica social, pois foi a partir da realidade concreta, objeto de intervenção profissional, dos seus antagonismos de classes e, conseqüentemente, do seu questionamento, que os/as assistentes sociais imbuídos/as pelos ventos de mudança latino-americanos, construíram uma proposta de profissão sintonizada com as transformações societárias ocorridas, de modo a ultrapassar os traços tradicionais/conservadores da profissão.

Fruto e expressão da guinada profissional, foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em 1979, na cidade de São Paulo (SILVA, 2019). “O Congresso da Virada”, como fora intitulado, é um marco simbólico dada a sua força política-organizativa em favor de um projeto de sociedade e de profissão crítico, com características globalizadoras, e “[...] com fundamentos históricos e teórico metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país” (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

A cidade de São Paulo não fora apenas o palco da virada profissional, impulsionada por uma geração de Assistentes Sociais brasileiros/as que ansiavam ultrapassar práticas conservadora e assistencialistas, que reforçavam o *modus operandi* burguês, como também, foi *lócus* de grandes embates políticos-organizativos de diversos seguimentos da classe trabalhadora que emergiam na cena política. E foi, sobretudo, o influxo da rebeldia destes que “[...] precipitou e catalisou possibilidades concretas existentes no campo do Serviço Social, favorecendo a sua objetivação e dando suporte societário amplo à sua conversão em realidade”. (NETTO, 2009b).

Articulados/as na luta mais geral contra qualquer tipo de opressão e exploração do capital, e, tendo como pauta melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora, assistentes sociais também se uniram enquanto categoria para reivindicar suas lutas específicas, por intermédio da Associação Profissional de Assistentes Sociais (APAS) e da sua articulação nacional com a Comissão Executiva

Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) (ABRAMIDES; CABRAL, 2019). Dentre as bandeiras de luta que reivindicavam, podemos destacar:

[...] o apoio às experiências profissionais de intenção de ruptura [expressas pelo MR], nos espaços sócio-ocupacionais de incentivo à organização e luta coletiva dos movimentos populares e nas lutas por: concursos públicos; pela criação de cargo e carreiras funcionais; pela construção de sindicatos dos trabalhadores em serviço público [...] por salário, carga horária e condições de trabalho de 30 horas semanais e 10 salários mínimos [...]. (ABRAMIDES; CABRAL, 2019, p. 39)

Destaca-se também, na esteira da luta pela democratização do país e da Virada profissional, a renovação dos quadros dirigentes dos conselhos profissionais (os antigos Conselhos Federal e Regionais de Assistentes Sociais CFASS/CRASS¹⁵), que permaneceram até então alienados em face do quadro político do país, em uma pretensa naturalidade evidente nos Seminários de Teorização (NETTO, 2009b). Na ocasião do III Congresso, essa renovação se deu quando

[...] a comissão de honra, constituída por ministros de Estado [alinhados à ditadura militar], foi substituída pelos “trabalhadores brasileiros”, e na sessão de encerramento, em vez de ministros, falaram líderes operários metalúrgicos [sic] [entre os quais Lula] e dos movimentos populares, do movimento “pela anistia” e “contra o custo de vida” (FALEIROS, 1981, p. 119).

É a articulação de tais forças políticas existentes que torna possível a contestação ao regime ditatorial instituído, em favor dos movimentos de trabalhadores, na defesa da democracia e por eleições diretas, expressa massivamente pelos assistentes sociais brasileiros no III Congresso. Netto (2009b, p. 30) aponta que “é exatamente na ruptura dessa deletéria alienação que reside a significação essencial do III Congresso – ruptura que justifica a sua caracterização como “Congresso da Virada”.”

Obviamente, este processo de construção da hegemonia de um novo projeto nascente no universo de assistentes sociais, vai expressar-se de múltiplas formas. Na letra de Netto, “[...] para a constituição de um novo projeto de profissão, a condição política, primeira e necessária, não é suficiente – outros componentes deveriam comparecer para que ele tomasse forma” (NETTO, 2009a, p. 154).

¹⁵ Com a renovação dos quadros dirigentes, por ocasião do III CBAS, houve mudança na nomenclatura das entidades, que passaram a se chamar Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS).

Seus efeitos, então, se explicitaram para além do âmbito estritamente político (NETTO, 2009b), e se fizeram sentir na produção de conhecimento e na formação acadêmica, sendo inegável a centralidade assumida pela tradição marxista.

Um dos elementos que vai imprimir direção ao pensamento e à ação da profissão no Brasil, é a fundação dos primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, na década de 1970, enquanto espaço privilegiado da pesquisa e construção do conhecimento, para a formação de docentes e pesquisadores. Data de 1972 a criação dos cursos de mestrado das Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo (PUC-SP) e do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pioneiras a fomentarem investigações e pesquisas na área, seguidas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1976 (GARCIA; FERNANDEZ, 2018).

Para Carvalho e Silva (2005), a pós-graduação em Serviço Social, através dos seus Programas, se constitui como espaço estratégico da profissão, tendo em vista ser um solo privilegiado da pesquisa, e, da aproximação e reflexão crítica, do desenvolvimento pleno e da produção de conhecimento da área.

A emergência da pós-graduação, de acordo com Yazbek (2009, p. 12), configura-se um “espaço privilegiado de interlocução e diálogo entre as áreas do saber e entre diversos paradigmas teórico-metodológicos”, possibilitando ao Serviço Social, nesse contexto, o diálogo e a apropriação do debate intelectual contemporâneo no âmbito das ciências sociais do país e do exterior (YAZBEK, 2009).

Também no âmbito da pós-graduação,

[...] o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na compreensão do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho, da realidade institucional e de outros tantos temas. Enfrentou o desafio de repensar a assistência social colocando-a como objeto de suas investigações. Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais [...] (YAZBEK, 2009, p. 12).

Desta interlocução destaca-se o adensamento da produção teórica do Serviço Social, que ganha corpo e substância, e que vai se expressar na consolidação de um mercado editorial nacional e internacional com bibliografia própria. Exemplo disso é o lançamento da “*Revista Serviço Social & Sociedade*”, importante veículo de registro, divulgação e afirmação da produção teórico-crítica até os dias atuais, que veio à

público em 1979, com o objetivo de contribuir para que os profissionais “assumam as lutas mais gerais do povo brasileiro” (FALEIROS, 2009, p. 50).

Não por acaso, com a adoção do pensamento crítico de inspiração marxista, nos últimos anos do decênio de 1970, com maior visibilidade na entrada de 1980, vai se adensar um caldo de cultura anti-conservadora na biblioteca profissional (NETTO, 2009b), que vai se espalhar nos anos subsequentes de forma massiva.

Neste cenário em que o Serviço Social se apropriava do patrimônio de Marx e da tradição marxista, repercutiu com grande força na formação acadêmico-profissional, um processo de revisão curricular, tendo em vista acompanhar as mudanças processadas no interior da profissão, e para além dela. A nova dinâmica da conjuntura brasileira demandava um efetivo rigor teórico-metodológico no processo de formação profissional, que alimentasse a intervenção através de um aparato técnico-operativo alinhado ao projeto de profissão que vinha sendo construído desde 1979.

Nesse sentido, a necessidade de constituir um novo currículo se deu, segundo Yazbek (1984), no

Esforço de situar o Serviço Social na ótica das relações de classe, que confrontam o desenvolvimento da sociedade brasileira. Buscando apreender o significado social da profissão, a partir da divisão social e técnica do trabalho, o que supõem uma busca de historicizar a noção de profissão, situando-a como um dos elementos que participam da reprodução das classes sociais e do relacionamento contraditório entre elas (YAZBEK, 1984, p.45).

Em consonância, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)¹⁶, aponta que:

O marco da redefinição profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva salientou fundamentalmente o caráter de historicidade da profissão, entendido no quadro das relações sociais entre as classes e destas com o Estado e com o conjunto da sociedade.

¹⁶ A mudança de nomenclatura da entidade para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), no ano de 1996, ocorre “[...] em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista *Temporalis*” (ABEPSS, 2022).

Isso implica compreender a profissão como um processo, ou seja, ela se modifica ao transformarem-se as condições e as relações nas quais ela se inscreve. (ABESS, 1996, p. 153)

A proposta de reforma curricular, portanto, se concretiza em consonância com a conjuntura social daquele momento, na XXI Convenção da ABESS, realizada em Natal, em 1979, que culminou na aprovação do novo currículo mínimo em 1982, demarcando um novo perfil profissional (que já estava sendo construído), vinculado às pautas e reivindicações dos movimentos sociais (FALEIROS, 2009).

Elaborada coletivamente sob a coordenação da ABESS, a nova proposta curricular representou um significativo avanço no sentido da renovação no processo de formação profissional brasileiro, em que pese a superação do ensino representado pelo Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade, que agora dão lugar aos eixos curriculares em torno da história, teoria e método, também com ênfase na pesquisa, “numa tentativa de romper com o pragmatismo, enquanto herança da formação teórico-científica dos assistentes sociais” (SILVA E SILVA, 2011, p. 288).

Não obstante, ganha força no processo de formação profissional a centralidade da pesquisa. Nessa direção, destaca-se nos anos 1987, a constituição do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS¹⁷), com o propósito de articular e coordenar a produção teórica de pesquisadores/as a nível de pós-graduação, em âmbito nacional (ABREU, 2016), e, ao mesmo tempo divulgar as pesquisas e produções da área. Registra-se também, neste período, a criação do Encontro Nacional de Pesquisa, atual Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS), realizado em São Luís/MA no ano de 1983, e a instituição do periódico “*Cadernos ABESS*”, que foram publicados de 1986 até 1998, posteriormente renomeado “*Temporalis*”, em 2000, como esforços das instâncias CEDEPSS/ABESS na busca pelo adensamento da produção teórica da área (ABREU, 2016).

Um outro destaque importante na historicidade da construção do projeto de formação profissional foi a ampla articulação em torno das convenções bienais¹⁸ da

¹⁷ Vigente até 1998 sendo incorporado, a posteriori, pela ABESS no processo de transição para ABEPSS.

¹⁸ As Convenções realizadas pela ABESS referem-se a XXII Convenção em Vitória (ES), no ano de 1981; a XXIII Convenção de João Pessoa (PB), em 1983; em Niterói (RJ) no ano de 1985, a XXIV Convenção; em 1987, Fortaleza (CE) a XXV Convenção; e, não menos importante, a XXVI Convenção realizada em Florianópolis (SC), em 1989.

ABESS, sobretudo no período que vai de 1981 a 1991, enquanto espaços de organização política da categoria para coordenar e discutir sobre o fortalecimento do acadêmico-político da nova proposta curricular, à luz do materialismo histórico-dialético (BRAVO et al., 2019).

Abreu (2016, p. 237) destaca que o processo de revisão curricular foi o

[...] primeiro grande esforço de superação da formação instrumental, tecnicista, conservadora, tradicional sob a forte influência do Serviço Social norte-americano, orientada para o ajustamento e integração social, estratégias do sistema dominantes de controle social [...].

O debate em torno do Currículo Mínimo de 1982, trouxe uma nova perspectiva para se pensar a formação e o exercício profissional, a partir do pensamento crítico, muito embora marcado por sua incorporação mecânica e com algumas deficiências¹⁹ – o que não invalida a sua significativa relevância.

Com direção social definida e articulada aos interesses das classes subalternas, o projeto de formação profissional assume “um compromisso real e efetivo com os seus interesses coletivos e em uma articulação teórico-prática com a construção de uma nova hegemonia na relação entre as classes sociais” (ABESS apud ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 146).

Essa direção vai se expressar de igual forma, no âmbito da intervenção profissional – para além do potencial organizativo da categoria nas lutas políticas, como vem sendo destacado –, na aprovação do Código de Ética Profissional de 1986, e sua atualização a posteriori em 1993, configurando-se um importante instrumento de natureza jurídico-político, norteador do exercício profissional.

É mister a relevância política do Código de Ética de 1986 para a categoria profissional, pois a sua definição marca a superação do tradicionalismo e a negação da perspectiva ética conservadora, ao passo que afirma o compromisso com a classe trabalhadora como valor ético-político central, sendo o primeiro código de ética brasileiro a assumir a direção do projeto profissional de ruptura (BARROCO, 2009). Todavia, Abramides e Cabral (2009, p. 70), apontam que naquele contexto a categoria “não possuía o acúmulo teórico e filosófico para a definição do Código de Ética, que só foi possível em 1993.”

¹⁹ Destacam-se, nessa argumentação, a forte presença do ecletismo teórico com incidências residual da perspectiva modernizadora.

A revisão do Código de Ética de 1986 é, portanto, recolocada no I Seminário Nacional de Ética, em 1991, como parte do processo de renovação profissional e como uma expressão significativa do acúmulo profissional e dos avanços teórico-políticos conquistados historicamente por esta profissão (BARROCO, 2001), e contou com ativa participação de assistentes sociais de todo o país, e de entidades representativas, a exemplo da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS)²⁰, a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes (SESSUNE)²¹, e a ABESS (CFESS, 1993).

Na ocasião do I Seminário Nacional de Ética, apontava-se

[...] a necessidade de uma reformulação no Código de ética vigente, considerando, sobretudo, sua fragilidade enquanto instrumento normativo, e sua inspiração messiânica e voluntarista. Assim, surge um novo texto em 1993, no qual são reafirmados valores fundamentais como liberdade, justiça social, equidade. São também apontados como necessários a ampliação da cidadania, o aprofundamento da democracia, a garantia do pluralismo e a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero [...] (SILVA E SILVA, 2011, p. 255),

Fundamentado na ontologia social marxiana, o novo código de 1993, vigente até os dias atuais, ancorado ao currículo mínimo, potencializaram assim uma profunda renovação profissional, formando as bases do projeto ético-político profissional²².

Nesse cenário de redefinição, a proposta curricular de 1982 retrata, pois, um movimento amplo e democrático de assistentes sociais, envolvendo mudanças significativas “na produção teórica do Serviço Social, na organização política da categoria, nas reflexões éticas, na ampliação das pesquisas e nas mudanças operadas no próprio exercício profissional” (ABESS/CEDEPSS, 1996, P. 145).

De acordo com Santos (2007),

²⁰ A ANAS foi extinta a partir de deliberação na VI Assembleia Sindical dos Assistentes Social, realizada em 1994, quando a categoria assume o compromisso político com a luta geral da classe trabalhadora significando um grande avanço para a organização política sindical da categoria.

²¹ Criada em 1988, com o objetivo de contribuir com a organização nacional dos estudantes, a SESSUNE assume a nomenclatura de Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), em 1993, assumindo sua autonomia em relação a União Nacional de Estudantes (UNE) (ENESSO, 2014).

²² Projeto esse que condensa um conjunto de elementos construídos coletivamente, que subsidiam a formação, a intervenção e a organização político-organizativa, materializados nos espaços de formação, discussão e organização política (fóruns, congressos, entidades representativas), bem como, nos marcos legais da lei 8.662/93, que regulamenta a profissão, da Resolução CFESS 273/93, que institui o Código de Ética profissional e das Diretrizes Gerais Curriculares de 1996.

[...] ter podido romper e superar os clássicos e tradicionais modelos vigentes até então num Serviço Social meramente assistencialista e conservador permitiu o primeiro grande salto qualitativo da profissão e seu lançamento a outras dimensões” (SANTOS, 2007, p. 167).

O projeto de formação profissional, através da revisão curricular de 1982, como parte do movimento mais amplo de renovação que vem orientando a formação, consagrou uma nova direção social assumida coletivamente, na luta pelas classes oprimidas e exploradas; direção essa amplamente legitimada pela profissional (ABESS/CEDEPSS, 1996), e que caminha na contracorrente da regressiva conservadora e dos interesses de reprodução do capital.

Se a revisão curricular de 1982 logrou um grande salto nos rumos teórico-metodológico e ético-profissionais, e é bem verdade que isto se deu apesar das lacunas no seu escopo, a sua resultante vai se consolidar nos anos posteriores. Isto porque, a partir de 1995, o direcionamento da formação já posto, é reafirmado com a elaboração das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, documento base para os cursos de Serviço Social, consagrado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996 (ABESS, 1996).

Tributária de inúmeros debates e reflexões coletivas sob a condução da ainda ABESS/CEDEPSS, na gestão de 1993/1995, a nova proposta é repensada, de modo a expressar a realidade social e a profissão, devendo, portanto, conduzir à compreensão dos elementos fundantes do Serviço Social do ponto de vista histórico e social. A partir desse esforço, o debate sobre a profissão passa a ser apreendido nos marcos da expansão capitalista, particularmente, em sua fase monopólica, e em face das sequelas da questão social no Brasil.

Nesses termos, na proposta curricular dos anos 1990, a questão social, enquanto base de fundação sócio-histórica da profissão, é posta como elemento central e constitutivo do projeto de formação profissional, de forma a reafirmar o caráter histórico dessa profissão, articulado às expressões do desenvolvimento capitalista, especificamente às relações entre capital e trabalho, nas quais o/a assistente social é chamado a intervir sobre as expressões das desigualdades sociais (ABESS; CEDEPSS, 1996).

Em se tratando desse aspecto urge destacar:

Tomar a questão social como central é assumir um caminho teórico-metodológico que permite apreender as particularidades das demandas e respostas profissionais na dinâmica da realidade e não sobre ela. Esta é uma condição de superação do tratamento formalista, politicista ou pragmatista que

parcela da categoria profissional parece ter assumido nos anos 80. Assim, a questão social, objeto de um tratamento teórico, histórico e metodológico rigoroso, é o eixo fundamental do curso de Serviço Social (ABESS; CEDEPSS, 1996, p. 159-160)

O processo de constituição e consolidação das Diretrizes Curriculares de 1996, nos permitem, pois, compreender os fundamentos do Serviço Social, como parte de um acúmulo de discussões realizadas pela categoria, ao passo que aponta um amadurecimento ideo-político, filosófico, teórico-metodológico e ético, atingido até então.

Essas sumárias observações são necessárias para justificar a qualificação da experiência reconceitualizadora e da renovação brasileira como episódios históricos nunca visto. Os influxos da tradição marxista, logrados pela intenção de ruptura, desencadearam um conjunto de elementos que contribuem decisivamente para compreender os Fundamentos do Serviço Social, e que podem ser vislumbrados no processo de laicização da profissão, através do rompimento com os vínculos tradicionais de sua gênese, da ruptura com a pseudoneutralidade que alicerçavam um rol conservador de sociedade e de profissão; no caráter político assumido em defesa da classe trabalhadora e na construção de um novo referencial teórico-metodológico capaz de apreender o real em sua totalidade; no pluralismo de ideias como norte da formação profissional; e na consolidação acadêmica da área de Serviço Social.

A ampliação e aprofundamento do pensamento social crítico no seio profissional compreende, pois, à “travessia de sua cidadania acadêmica”, logo, à conquista da sua “maturidade intelectual”, como aponta lamamoto (2015, p. 234).

Sob novas bases, o Serviço Social remou “contracorrente” da regressiva conservadora e, conectado aos interesses de segmentos trabalhadores e “marginalizados”, fortaleceu o projeto profissional de ruptura com o tradicionalismo confessional presente nas suas origens.

Fazer esse resgate da nossa história, portanto, é explicitar os avanços, conquistas e limites de toda uma geração de assistentes sociais. É compreender e reconhecer o protagonismo desses sujeitos históricos que, empenhados na luta por uma renovação, alçaram novos voos mesmo em tempos tão adversos. E, nesse processo, a intenção de ruptura foi a chave para a crítica das próprias “bases histórico-ontológicas que fundam a profissão” (GUERRA, 2004, p. 26).

Posto isto, importa-nos compreender a atualidade desta profissão sob novas bases, que será objeto do próximo capítulo, onde trataremos de situar o debate dos Fundamentos do Serviço Social na realidade em que esse estudo se insere – na contemporaneidade, abordando aspectos determinantes da crise estrutural do sistema capitalista e as transformações societárias das últimas décadas, de modo a apreender as repercussões desse cenário para o Serviço Social brasileiro. Buscamos, sobretudo, apontar as implicações sobre o trabalho profissional, a formação e a produção do conhecimento do Serviço Social.

3. O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO EM MOVIMENTO: sintonizando o debate dos fundamentos ao tempo presente

É no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado.

MARILDA IAMAMOTO (2015, p. 28)

Na pesquisa que originou este trabalho, procurou-se analisar as concepções de Fundamentos do Serviço Social presentes nos estudos da pós-graduação no Brasil, particularmente, nas teses defendidas e aprovadas nos Programas de Pós-Graduação (PPG) na área de Serviço Social, num período determinado.

Ao atravessar esse debate, sentiu-se a necessidade de traçar alguns apontamentos sobre o solo em que se move esta profissão, inserida na divisão social e técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo, e captá-la de modo particular, no seu processo formativo, sendo imprescindível, portanto, situá-la na sua relação com a política de ensino superior na contemporaneidade.

Para tanto, foi necessário considerar as “entranhas das reais e concretas contradições que marcam a conjuntura atual, as quais cada vez mais são escamoteadas pela ideologia dominante e deslocadas do centro para a periferia.” (GUERRA, 2018, p. 25).

O esforço de sintonizar a profissão com o tempo presente nos permite “[...] problematizar o Serviço Social, no âmbito das mudanças históricas que alteram as relações de trabalho na sociedade”, e, ao fazê-lo, “afirmar a profissão e as particularidades de sua intervenção em face de novos contornos da *questão social* e dos novos padrões de regulação com que se defronta as políticas sociais na contemporaneidade” (YAZBEK et al., 2008, p. 26).

Entendemos que o distanciamento ou até mesmo a negação dos fundamentos ontológicos da realidade incidirá sobre a profissão de modo a reatualizar o passado conservador (não muito distante), incorrendo num inevitável retrocesso histórico.

Diante desses apontamentos é que esse capítulo intenciona contribuir teoricamente com o debate sobre os Fundamentos do Serviço Social, na medida em que propõe pensar a real dimensão da crise capitalista em curso, suas principais

expressões nas esferas econômicas, políticas e sociais, bem como, as principais repercussões nas áreas do conhecimento, das ideais e dos valores.

3.1. A profissão se move: transformações societárias e o ensino superior brasileiro

É inconteste que a sociedade contemporânea vivencia um cenário de profundas transformações societárias oriundas da crise capitalista em curso, acirrada no período mais recente em decorrência da pandemia mundial da Covid-19 ou o novo coronavírus²³, como ficou popularmente conhecido, provocada pelo vírus SARS-CoV-2.

Os múltiplos processos que compreendem desde as metamorfoses no mundo do trabalho, às relações sociais, particulares desse período histórico, somam-se a uma agenda de contrarreformas e de ataques aos direitos, num movimento em busca de recomposição das taxas de lucros e reprodução para o capital, desnudando todas as faces e contradições próprias do sistema capitalista.

É nessa quadra histórica em que se localiza este estudo, fazendo-se necessário pensar os destinos das profissões, em especial o Serviço Social brasileiro, num momento particularmente adverso às classes que vivem do trabalho.

Analisar o Serviço Social brasileiro na atualidade, implica, portanto, apreender a real dimensão da crise capitalista em curso, suas principais expressões nas esferas econômicas, políticas e sociais, bem como, as principais repercussões nas áreas do conhecimento, das ideais e dos valores. Isto porque, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social sofre grandes influxos em decorrência das estratégias utilizadas para a superação da crise econômica, sanitária, político-ideológica e institucional, com interferências tanto no exercício profissional e no processo de formação, como também, e, sobretudo, na produção de conhecimento.

²³ A pandemia da covid-19 impactou fortemente a saúde da população, tanto em virtude do alto nível de contágio, quanto pela sua letalidade, impondo a necessidade de uma rede de serviços de saúde que conceda não apenas o atendimento às pessoas contaminadas, mas também ações preventivas ao avanço da doença. Segundo Mattos (2020), no enfrentamento à pandemia, ficou evidente a lógica privatista na gestão do orçamento para a covid-19, em diversos estados e municípios, com a transferência de recursos para hospitais de campanha geridos por empresas terceirizadas, em detrimento de ações preventivas, de monitoramento, bem como de melhorias das condições de trabalho nas unidades de saúde pública.

Isso nos leva a considerar o contexto das transformações societárias operadas nas últimas três décadas do século XX que vieram sedimentar uma nova fase do modo de produção capitalista. Fase esta que emerge visivelmente no curso dos anos 1970, embora já sinalizada na década anterior, designada por alguns autores de referência como crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002) e sistêmica (NETTO, 2012), revelando inflexões significativas que atingem as várias esferas da sociedade.

Sobre esse aspecto, Carcanholo (2010, p. 1) destaca:

É da natureza do capitalismo funcionar em ciclos, e isto por uma razão relativamente simples. Os processos de acumulação de capital desenvolvem as contradições do capitalismo a um ponto tal que as crises são a forma que esse mesmo modo de produção encontra para, ao mesmo tempo, manifestar o momento de irrupção dessas contradições e o restabelecimento da unidade entre a produção e a apropriação do valor.

Conforme Mézáros (2002), esta crise caracteriza-se, na sua essência, por seu caráter global, de alcance mundial e de extensa duração. Isto porque, para que o capital continue o seu processo de acumulação ele precisa se organizar espacialmente e se expandir geograficamente, conquistando novos territórios e mercados, o que tornou possível alcançar os mais remotos recantos do mundo, e, contraditoriamente, trouxe à tona a viabilidade mesma do sistema capitalista e sua lógica destrutiva.

Estrategicamente, esforços foram empreendidos no sentido da superação deste novo quadro de crise, tendo na reestruturação produtiva, na flexibilização, e no ideário neoliberal as respostas para a extração de mais valor que, cabe lembrar, advém, sobretudo, do trabalho excedente, que é o trabalho não pago ao trabalhador. Esse conjunto de mecanismos se por um lado contribuem, substancialmente, para a ampliação da extração de mais-valia relativa através do aumento da produtividade das empresas capitalistas, por outro, na sua dura ofensiva ao trabalho, ampliam os índices de desemprego, intensificam a exploração da força de trabalho e promovem a destruição gradativa de direitos sociais e trabalhistas historicamente adquiridos.

No Brasil, as respostas acionadas para atender o processo de valorização do capital assumem um caráter reacionário, contrarreformista, ainda em execução, atendendo aos ditames dos organismos internacionais (Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio), logo após a redemocratização do país e a outorga da Constituição Federal de 1988.

Os resultados revelam a “destruição das frágeis conquistas democráticas consignadas na Constituição, praticada pelo Estado ou com o seu aval” (PEREIRA, 2012, p. 740), acelerando ainda mais a destruição dos direitos sociais e trabalhistas a serviço do grande capital.

O país que acabara de livrar-se do poderio militar (1964-1985), que revertera conquistas democráticas alcançadas pelos movimentos operários e populares na década anterior e início dos anos 1960, já se deparava com o poderio econômico do capital financeiro internacional, no contexto do “novo imperialismo” (HARVEY, 2014).

Dentre as investidas do receituário neoliberal destaca-se: a manutenção de um Estado forte, mas com a capacidade de combater e conflitar a legitimidade dos sindicatos e de controlar o dinheiro, mas completamente enxuto no que se refere às despesas relacionadas às funções sociais e/ou intervenções econômicas. Ainda como parte das investidas desse ideário, Anderson (1995) aponta:

[...] a estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1995, p. 10).

Sob a defesa de que as crises econômicas engendradas no âmbito do sistema capitalista resultam dos gastos excessivos do Estado para com políticas sociais, tem se processado uma série de medidas recessivas no campo social. Com efeito, aprofunda-se um processo de mercantilização da vida social, na tentativa de dar respostas à “sacralização do mercado” (LÖWY, 1999).

No seio mesmo da redemocratização do país, o projeto contrarreformista²⁴ ganhou materialidade, sobretudo, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994- 2002), com a elaboração do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (1995), cujo compromisso foi de inserir as economias periféricas no processo de globalização transnacionalizada e financeirizada.

No rol das contrarreformas desenvolvidas pelos governos pós-Constituição Federal de 1988, nos interessa destacar aqui, àquelas efetivadas na política de

²⁴ O termo “contrarreforma”, é utilizado para designar as transformações em curso no âmbito do Estado brasileiro. Segundo Behring (2008), tais mudanças evidenciam um retrocesso às conquistas civilizatórias, e, portanto, não devem ser denominadas como reformas, já que esse termo parte de uma perspectiva fortemente ideológica da ideia reformista, e ganhou sentido no debate do movimento operário socialista.

educação superior que, enquanto espinha dorsal na construção de sujeitos sociais e sociabilidades, vêm cumprindo um papel fundamental na garantia e continuidade da ordem burguesa. O impacto dessas transformações, operadas a partir de então, vem repercutindo diretamente nas várias esferas de reprodução da lógica do capital, sobretudo, o desenvolvimento da produção de conhecimento no país.

O governo de FHC conduziu um conjunto de medidas alinhadas aos interesses do capital e impulsionou uma grande expansão do ensino privado no país. Segundo Abramides (2012), no ano 2000, o salto quantitativo das instituições de nível superior foi de 78,52%, e aconteceu simultaneamente à precarização do ensino público, que fora parte da conquista democrática.

Por conseguinte, a educação passou da condição de direito social e assumiu um caráter de serviço, podendo assim ser ofertado não só pelo Estado, mas por Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, como afirma Lima e Pereira (2009). Intensificar o processo de privatização e reduzir políticas sociais à condição de mercadoria é o propósito do grande capital, que o Estado vem regulamentando com excelência.

De igual forma, os governos petistas (2003-2016), embora tenham assumido uma face mais “populista” e tendo realizado progressos no plano social, não romperam com a política macroeconômica de FHC, reforçando, pois, a lógica da expansão com base no incentivo à mercantilização do ensino superior aos moldes dos organismos multilaterais.

A criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), são exemplos do projeto contraditório de mercantilização *versus* universalização do ensino dos governos petistas, pois o acesso a bolsas de estudo destinadas a estudantes de baixa renda de ambos os programas, veio atrelado ao repasse de recursos públicos para as IES privadas. Em estudo sobre a expansão do ensino superior brasileiro no período de 1995-2015, Pereira (2018, p. 190) aponta que:

[...] em 1995, o setor público (IES – federais, estaduais e municipais) detinha 700.540 matrículas, enquanto o setor privado (empresarial e confessional/comunitário) respondia por 1.059.163 matrículas (INEP, 1995). Em duas décadas, o setor privado obteve um crescimento de 473,58%, com 6.075.152 matrículas, no ano de 2015, enquanto o setor público cresceu 178,66% ao longo daqueles 20 anos (1995-2015), de 700.540 para 1.952.145 matrículas (INEP, 2015).

Esse processo de desresponsabilização estatal se aprofundou ainda mais após a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, impondo alterações na estrutura acadêmica e no arranjo das universidades públicas.

Segundo as análises de Lima e Pereira (2009), o programa teve como objetivo uma ampliação desenfreada do número de vagas nas Universidades Federais, porém sem que acompanhasse, concomitante a isso, a adequação das necessárias condições para o desenvolvimento de uma formação de qualidade com estrutura que comporte toda a comunidade universitária, e que possibilite o acesso e o desenvolvimento de atividades essenciais, corroborando para o sucateamento e precarização dessas instituições de ensino.

A partir de meados de 2016, os desmontes às políticas sociais se aprofundaram, sobretudo, num cenário de profunda insatisfação e manifestações reacionárias, antipetistas e anticomunistas, que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), num show de horrores promovido pelo Congresso Nacional.

Michel Temer, até então vice-presidente, é empossado na sequência do golpe parlamentar, jurídico, midiático²⁵, arquitetado com o apoio de empresários e lideranças religiosas, abrindo terreno na cena política para o fortalecimento de blocos da extrema direita brasileira.

Com o argumento de equilibrar os gastos públicos, no curto espaço de tempo do seu mandato (2016-2019), Temer propôs medidas drásticas na tentativa de conter a crise, a partir de um novo regime fiscal. Nas palavras de Abramides (2017, p. 370), Temer “aprofunda e acelera ainda mais a destruição dos direitos sociais e trabalhistas a serviço do grande capital”.

Dentre as mudanças ocorridas ganha destaque a aprovação da Emenda Constitucional- EC nº 95 de 15 de dezembro de 2016, responsável só no ano de 2019, pela redução orçamentária de mais de R\$ 20 bilhões na política de saúde, conforme estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2020).

Os ataques adicionados à EC n.º 95 se estenderam de igual forma aos direitos trabalhistas com a aprovação da Lei da Terceirização n.º 13.429, e da Reforma

²⁵ ANDRÉ, Singer, et. al. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016 (Tinta vermelha).

Trabalhista n.º 13.467, ambas em 2017, e a Reforma da Previdência, posteriormente, na forma de Emenda à Constituição de n.º 103, de 12 de novembro de 2019, como parte do seu “pacote de maldades”.

Ainda no governo Temer, foi possível observar uma forte sintonia entre a pauta da contrarreforma e a agenda política do capital bancário, evidenciada por meio do relatório “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”²⁶, lançado pelo Banco Mundial, cujas prescrições se voltam para o sucateamento das Universidades Federais, considerando o estrangulamento orçamentário das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Instituições de Ensino Superior públicas (IES), com ajustes fiscais, congelamento de concursos e salários, além de uma notável desvalorização da carreira docente.

Com a corrida das eleições presidenciais no ano de 2018, Jair Messias Bolsonaro encontrou um terreno fértil para incutir suas ideias reacionárias e ultraconservadoras alinhadas ao pensamento da extrema direita brasileira. Como estratégia de superação da crise capitalista, Bolsonaro constituiu-se em uma grande ameaça aos direitos sociais e conquistas civilizatórias. Isso porque, já no início do seu mandato, Bolsonaro deixou claro a quem serviria: ao grande capital.

Assim como os governos que o precederam, ele não só deu continuidade à agenda ultraneoliberal, como intensificou o processo de desmonte. A educação, especificamente, foi um grande alvo dos seus ataques.

Pode-se afirmar que toda a problemática, para além do sucateamento e precarização da educação pública, sobretudo da educação superior, envolve uma guerra ideológica, notadamente em sua versão neoconservadora, que se volta contra os diferentes modelos explicativos da realidade, tendo como foco central, a validade teórica do marxismo e da razão dialética na apreensão do mundo em transformação.

Destarte, são lançados questionamentos que se dirigem à crítica a razão, afirmada como instrumento de repressão e padronização. É proposta, pois, a superação das utopias e das análises totalizantes (NETTO, 2012).

A grande polêmica dirige-se contra o marxismo, entendido, equivocadamente, como um modelo determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do

²⁶ BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil: v. 1. [S. l.]: Banco Mundial, 2017. Síntese. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>>.

cotidiano e das representações sociais. A ‘razão dialética’, colocada em xeque, teria se esgotado, cedendo lugar ao irracionalismo e ao relativismo. Ampliou-se, a partir de então, o embate entre modernidade e pós-modernidade, destacando-se a novidade dos chamados ‘novos paradigmas’ como caminhos analíticos alternativos para se fazer ciência e se conhecer a realidade social. (SIMIONATTO, 2009, p. 91)

Na medida em que aponta como ilegítimas e obsoletas as ideias e práticas da perspectiva crítica, cumpre uma função ideológica de sustentação e de legitimação do *status quo*, através do conjunto das suas ideias e mecanismos, que tendem a reforçar regras, comportamentos, hábitos e práticas sociais funcionais e necessários à lógica capitalista (JAMENSON, 1996).

Em face disto, MARX (2002a, p. 24) é assertivo:

Não interessa mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente [...]. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética.

Em lugar do debate de natureza científica e histórica prevalece o irracionalismo, o negacionismo e a ignorância humana com retrocessos ao obscurantismo no pensamento, no qual são questionadas verdades, descobertas científicas e fatos históricos. O terraplanismo, o questionamento da validade das vacinas, evidenciado, sobretudo, com a crise sanitária do novo coronavírus, e a negação do caráter ditatorial do regime militar no Brasil, são exemplos de desqualificação do conhecimento científico.

Diante disto, concordamos com Leher (2019, que afirma que no momento atual há um “elemento ideológico de justificação assentadas em formas de pensar o mundo que são irracionais, antiseccularistas e hostis à perspectiva de laicidade das coisas públicas”. Isso porque as universidades, enquanto espaço de produção e sociabilização de conhecimento, passam a ser desqualificadas como reduto de desordem, balbúrdia, de plantação e consumo de maconha, e de doutrinação marxista²⁷.

O desmonte do ensino superior no país tem representado um verdadeiro risco à qualidade do processo de formação profissional, bem como à produção de

²⁷ Ministro da Educação diz que universidades federais plantam maconha. | Exame. Disponível em: <https://exame.com/brasil/ministro-da-educacao-diz-que-universidades-federais-plantam-maconha/>

conhecimento, particularmente num contexto marcado pelo espraiamento de *fakes news* em mídias sociais, encabeçadas pelo influenciador digital da “nova direita” e astrólogo Olavo de Carvalho²⁸, conhecido e ovacionado por grupos simpatizantes de suas teorias conspiratórias, anti-intelectuais e negacionistas, que cumpriu um papel significativo na disseminação de seus discursos de ódio, principalmente no tocante a educação.

Cabe salientar, que o carro chefe do governo Bolsonaro (2019-2022) para a Educação Superior teve sua base no Projeto de Lei (PL) “Programa Institutos e Universidades Inovadoras” – FUTURE-SE, lançado no dia 17 de agosto de 2019, pelo Ministério da Educação (MEC), cujo objetivo era, nas palavras de Leher (2019), “empreender uma reforma universitária de cariz liberalizante, vis-à-vis ao modelo econômico em curso no país”, uma vez que, “não aborda de modo sistemático a problemática da pesquisa e desenvolvimento nem, muito menos, focaliza a grave crise de financiamento do sistema federal de educação”.

O “Future-se”²⁹ representou, na verdade, um descaso com a pesquisa e com os programas de Pós-graduação comprometidos com o desenvolvimento da ciência, configurando-se um grande ataque à autonomia universitária, uma vez que propôs a adequação dessas instituições à lógica de mercado e estimulava a competição, desviando-a de sua finalidade e do compromisso para com uma formação de qualidade, socialmente referenciada.

Se for certo que o mundo inteiro tem vivenciado um contexto de profunda barbarização da vida social, sob a lógica mercantil, considerando a particularidade dos países periféricos como o Brasil, caracterizados por sua economia dependente, é certo que as transformações ocorridas nessa terra do – “Cidadão, não! Engenheiro civil, formado! Melhor do que você!”³⁰, escancaram a desastrosa subsunção das políticas educacionais ao capital.

²⁸ Considerado o 'guru' do bolsonarismo, Olavo de Carvalho faleceu em 25 de janeiro de 2022, dias após ser diagnosticado com covid-19.

²⁹ Entre aspas, pois o programa em questão não figura, de fato, um futuro para as Universidades e Institutos Federais, pois nada tem de inovador.

³⁰ Discurso expresso por uma mulher ao ser abordada junto com seu companheiro por uma fiscalização contra aglomerações em bares na Barra da Tijuca, no Rio, exemplifica bem como o a elite vem se colocando, sobretudo, nos últimos anos, como donos (as), acima de toda e qualquer lei, em razão do seu grau de escolaridade, mas principalmente por sua condição financeira frente às massas trabalhadoras. Estes (as) já não se reconhecem como cidadãos, uma vez que, como destaca Sakamoto (2020), “O país é pensado para defender o patrimônio e os direitos de quem tem, contendo vida e liberdades de quem não tem”.

Ao passo que expõe a falácia das contrarreformas ultraneoliberais em nosso país, em favor dos interesses do grande capital e em detrimento das necessidades e direitos das classes trabalhadoras, a situação a qual nos encontramos no ano de 2020, tornou mais visível e aguda a crise capitalista (YAZBEK et al., 2020).

Cabe destacar que a educação superior pública foi acometida de um profundo sucateamento das universidades públicas com a redução de investimentos nos cursos de graduação e pós-graduação. Soma-se a isso, os cortes e suspensões de bolsas e financiamentos de pesquisa – em especial, aquelas destinadas às Ciências Humanas e Sociais, e a tentativa de retirada das cotas para negros e indígenas, e um desmonte das Pós-Graduações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações.

Conforme Sguissardi (2020):

Os cortes no orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ao qual está vinculado o CNPq, reduziram as verbas desse Ministério a cerca de $\frac{1}{4}$ das que lhe foram atribuídas em 2016. [...] O Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2020 prevê uma redução de recursos para funcionamento e pagamento de bolsas e auxílios da Capes de cerca de 40% em relação a 2019 (de aproximadamente R\$ 4.0 bi para cerca de R\$ 2,3 bi). Em 2020, o orçamento da Capes corresponderá a cerca de 25% do de 2015, quando o número de programas de pós-graduação era de 2.057 contra os cerca de 4.300 atuais e o de mestrandos e doutorandos era de 163.671 contra os cerca de 400.000 atuais (SGUISSARDI, 2020, p. 155).

Ainda no rol das investidas do bolsonarismo para a educação superior, estava a publicação da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, que veta investimentos e prevê a fusão e/ou redução da área de humanidade de Programas de Pós-Graduação. Esse quadro encontra rebatimentos no Serviço Social, com graves ameaças de extinção de programas.

As áreas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas – nesta última onde se insere o Serviço Social, sofreu forte perseguições por parte do governo federal neste período, mas não por acaso. As produções de conhecimento dessas áreas, de forma diversa e particular, vêm sendo historicamente voltadas a críticas às contradições do modo de produção capitalista e às desigualdades inerentes ao próprio sistema.

De certo, o que ocorreu, nessa quadra histórica, foi uma profunda desqualificação da produção do conhecimento e da pesquisa comprometida com a

defesa dos valores humanos e sociais, e da natureza. Prova disto é que no momento trágico da pandemia, em que muitas vidas foram ceifadas por um vírus ainda misterioso, e, dentre essas, professores(as) e alunos(as), o governo seguiu negando a ciência, a gravidade da doença e dos seus impactos na sociedade – afinal, não passava de uma “gripezinha³¹”.

Como parte desse mesmo movimento, os Programas de Pós-Graduação foram pressionados a cumprir prazos para fechar a avaliação do quadriênio da CAPES, e impulsionados a cumprir metas em tempos exíguos, como se nada estivesse acontecendo. Cabe destacar aqui a relevância que essa avaliação institucional tem para os programas, em particular, para o Serviço Social, pois se para alguns significa a sua sobrevivência e/ou manutenção, para outros pode representar o seu fim.

Para além dos aspectos até aqui expostos, os ataques à liberdade e à autonomia universitária com a nomeação de interventores(as) para ocupar o cargo da reitoria nas Universidades Federais³², também foi umas das investidas do governo Bolsonaro, que tentou, a todo custo, recuperar práticas de um passado um tanto quanto recente, que ainda assombra a população brasileira.

O Serviço Social não fica alheio a esse contexto tão desafiador, e, embora o país respire novos ares após a derrota de Bolsonaro nas urnas, e a posse do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), desde 1.º de janeiro de 2023 até o presente momento, os efeitos das contrarreformas do Estado e do redimensionamento das políticas sociais, somando-se às investidas do bolsonarismo, têm sido nefastos nos últimos tempos, como veremos a seguir

³¹ Expressão utilizada publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro para tratar da crise sanitária que o mundo vem enfrentando desde 2020, com a intenção de subestimar a gravidade e letalidade do novo coronavírus (Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>). É digno de nota, que até o final do seu mandato como presidente da República, o Brasil atingiu a marca assustadora de mais de 650 mil óbitos acumulados, segundo o painel de comunicação do Ministério da Saúde, sobre a situação epidemiológica da COVID-19 no Brasil. (vide: <https://covid.saude.gov.br/>).

³² Professores criticam nomeação de reitor da UFPB indicado por Bolsonaro. [htm://educacao.uol.com.br/noticias/2020/11/05/professores-criticam-nomeacao-de-reitor-da-ufpb-indicado-por-bolsonaro](http://educacao.uol.com.br/noticias/2020/11/05/professores-criticam-nomeacao-de-reitor-da-ufpb-indicado-por-bolsonaro).

3.2.O Serviço Social frente a crise: elementos fundamentais para o debate dos Fundamentos da profissão

Como dito anteriormente, é nesse contexto de intensa regressão social, impulsionado pelo avanço da ofensiva neoliberal e do neoconservadorismo, que a política de educação superior começa a sofrer profundas inflexões, assumindo uma face cada vez mais mercantilizada, adequada aos moldes da acumulação capitalista. Perante essas determinações, o Serviço Social tem enfrentado, em particular na atual realidade brasileira, uma multiplicidade de desafios.

É preciso destacar que a apreensão do impacto dessas transformações no âmbito da profissão, agrega um complexo de mediações essenciais, impossíveis de serem esgotadas nesse estudo. Considera-se, portanto, alguns elementos que julgamos serem essenciais na interlocução com o nosso objeto.

Deste complexo quadro que vem desde tempos mais remotos, as implicações da crise para o Serviço Social, e, sobretudo para a formação profissional, segundo Guerra (2010), tem relação estrita com o processo de flexibilização do trabalho, que tem produzido e acentuado a precarização do trabalho dos/das assistentes sociais, tanto como segmento da classe trabalhadora, quanto profissional que atua diretamente no âmbito dos serviços, num universo de políticas sociais também precarizadas.

Segundo a autora supracitada, a precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões, quais sejam:

desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras. (GUERRA, 2010, p. 719).

Santos (2016) nos alerta que, ao afetar suas condições de trabalho e a qualidade de sua formação profissional, “os precários contratos trabalhistas comprometem a qualidade impressa ao conteúdo do trabalho e dos procedimentos

utilizados na sua realização, uma vez que não garantem a continuidade de suas atividades” (SANTOS, 2016, p. 279).

Submetidos/as a esse contexto, a autonomia e estratégias profissionais têm sido comprometidas pelas condições objetivas de sua inserção no mercado de trabalho que, seja por intermédio do setor público, privado ou filantrópico, representam espaços de disputas e de conflitos. Sobre esse aspecto, Iamamoto ressalta que,

Embora os assistentes sociais possam atribuir uma direção social ao seu exercício, a interferência dos organismos empregadores ocorre através do estabelecimento de metas, normas, atribuições, condições de trabalho e relações de trabalho (IAMAMOTO, 2004, p. 18)

Na condição de trabalhador/a assalariado/a, os/as assistentes sociais também são interpelados pelas relações institucionais de hierarquia e de poder, que aparecem no cotidiano da profissão como fatores limitantes da atuação. Além desses elementos, destaca-se, ainda, os baixos salários, a sobrecarga de trabalho, o desemprego, a instabilidade, como agravantes.

Tais características da precarização do trabalho e das relações de emprego na contemporaneidade, de acordo com as análises de Ceolin (2014), configuram-se como um traço da universalidade particular do modo de produção capitalista, que se manifesta em tempo de crise estrutural da composição técnica e orgânica do capital e de seu padrão de acumulação, as quais limitam o direcionamento ético-político das/os assistentes sociais, seja pela burocratização da vida social e/ou pela redução e cortes orçamentários no atendimento às demandas apresentadas na relação com os sujeitos do exercício profissional.

Esta realidade, além de impossibilitar, muitas vezes, a efetividade do exercício profissional em razão do reforço ao tecnicismo e ao pragmatismo, que restitui a tendência à hipervalorização dos instrumentos e das técnicas de intervenção profissional (SIMIONATTO, 2009), reflete diretamente nos resultados da ação profissional sobre a vida dos sujeitos usuários das políticas sociais, das quais os/as assistentes sociais “são executores terminais” (NETTO, 1992).

Na letra de Teixeira (2019, p. 249), o processo de precarização expresso na atual conjuntura, tanto na formação, como no exercício, “coloca questões para apreensão dos Fundamentos do Serviço Social em uma perspectiva crítica, pois a/o profissional não está alheia/o a esses processos, ao contrário, é mediada pela condição de trabalhadora/or assalariada/o”.

Quanto às políticas sociais, vimos que a partir da década de 1990, há um grande retrocesso, principalmente no que tange ao sistema de proteção social, haja vista a retração do Estado na esfera social, intensificados desde a promulgação da EC 95/2016. Como consequência, os direitos sociais são postos em xeque e o processo de mercantilização ganha força.

Nesse cenário de disputa de direitos entre capital *versus* trabalho, a política de educação superior se destaca com o surgimento de inúmeras instituições de Ensino à Distância (EAD) e o crescimento de instituições privadas, provocando a precarização da formação profissional e refletindo a mercantilização do ensino superior no Brasil, na qual a lógica quantitativa assume o estatuto central em detrimento da qualidade do ensino. Essa lógica fez com que a educação superior alcançasse o patamar de “mercado de financiamento”, a partir da criação de programas diversos (NETTO, 2016, p. 50).

Isso é possível constatar através das análises realizadas por Pereira (2018, p. 191), sobre as modalidades de ensino no Brasil. As pesquisas realizadas pela autora apontam que:

se em 2000, as matrículas em cursos presenciais somavam 2.694.245 e aquelas de cursos EaD totalizavam 1.682 (INEP, 2002), em 2015 as matrículas presenciais dobraram para 6.633.545 (crescimento de 146,21%, cursos presenciais), enquanto as de EaD passaram a totalizar o vertiginoso quantitativo de 1.393.752 matrículas, com um crescimento da ordem de 82.762, 78% (INEP, 2015). Isto é, ainda que matrículas em cursos de EaD não representem a maioria das matrículas de cursos de graduação no país, em termos absolutos, a tendência é de que, nos próximos anos – permanecendo o crescimento exponencial constatado –, a predominância seja de matrículas em cursos de graduação na modalidade de EaD.

A expansão dos cursos EAD, dos quais o curso de Serviço Social encontra-se incluso, vêm resultando no aligeiramento da formação profissional, na precarização do ensino superior público, e a consequente fragilização dos pilares que compõem a Universidade (ensino, pesquisa e extensão), ao contrário do que preconiza o artigo 207 da Constituição Federal, que preconiza a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, e os princípios da ABEPSS, sobre as “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social”, de 1996, com destaque para o que diz respeito ao “estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e

realidade”; e “indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.” (ABEPSS, 1996, pp. 6-7).

Pinto (2007, p.16), analisando a contrarreforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social, ressalta para a seguinte questão:

Os cursos aligeirados e as apostilas banalizadoras do conhecimento responderão com infindáveis exemplos de situações-problema e possibilidade de intervenção e deslocarão a intervenção cada vez mais para a especialização focalizada e débil de conteúdo crítico. O resultado será o único possível: um retorno ao caráter tecnicista da profissão e um forte desprezo pelas atribuições profissionais relativas à supervisão e à docência.

Soma-se a esses determinantes, a incorporação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), enquanto “estratégia” utilizada para a manutenção do ensino durante a pandemia da covid-19, e, que, também “deve ser compreendido como um dos elementos do processo de contrarreforma da educação em curso no Brasil e em toda a América Latina”. (FARAGE, 2021, p. 55).

Em levantamento sobre a formação em Serviço Social e ERE, realizado pela gestão da ABEPSS (2021)³³, os dados apontaram alguns impactos que nos levam a refletir sobre a precarização da formação profissional na graduação e pós-graduação neste contexto. Dentre os aspectos destacados estão: a perda do diálogo/debate coletivo; perda de espaços de mobilização coletiva; perda de estratégias pedagógicas que ampliem interação docente/discente; perda da interlocução teoria/prática; falta de aprofundamento dos conteúdos das disciplinas; redução do conteúdo programático; aligeiramento da formação. (ABEPSS, 2021). Tais fatores colocam em xeque a efetivação de uma formação crítica e de qualidade, princípios fundamentais na relação ensino-aprendizagem, como orienta o projeto de formação profissional.

Além dos novos desafios postos com a pandemia da Covid-19, o ERE aprofundou outros já existentes, como foi o caso do adoecimento mental de docentes e discentes, sobretudo, no âmbito da pós-graduação. Os dados da pesquisa destacam que, do total de 30 PPG participantes, um percentual de 83,3% identificou situações

³³ O documento que tem como título “A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial”, é parte de um esforço coletivo da gestão “Aqui se respira luta!” (2021-2022), e de pesquisadores/as convidados/as, e tem por finalidade “subsidiar amplo debate sobre a formação em Serviço Social e os impactos do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e indicar orientações que visam defender os princípios formativos contidos nas Diretrizes Curriculares (ABESS/CEDEPSS, 1996) e na Política Nacional de Estágio (PNE) (ABEPSS, 2010).” (ABEPSS, 2021).

de adoecimento no decorrer da pandemia, sendo registrados casos de trancamentos e desistências de discentes nos programas. (ABEPSS, 2021).

As determinações gerais da crise do capital, para além do exposto, extrapolam o nível da formação, acarretando aos sujeitos profissionais uma apreensão, e, conseqüentemente, uma intervenção fragmentada e focalizada do real, com reforço a práticas imediatistas, centradas em soluções rápidas e deficitárias de mediações na captação dos fenômenos sociais em sua essência.

Registra-se nesse contexto, o avanço do pensamento pós-moderno³⁴ no interior das Ciências Sociais e Aplicadas, especialmente, no âmbito das pós-graduações, que vem tentando invalidar o caráter teórico científico do marxismo e dos modelos explicativos da modernidade, sob o argumento de uma possível “crise de paradigmas”³⁵, e, trazendo para o meio acadêmico, apreensões fragmentadas e superficiais do real.

A cultura neoconservadora, baseada no neoliberalismo, se assenta no pensamento pós-moderno com o apelo “à velha solução conservadora para o enfrentamento da desigualdade social: a moralização da sociedade” (BARROCO, 2009, p. 37). Nesse contexto em que se evidencia todos os imperativos destrutivos do capital, de acordo com Barroco (2009), se reeditam projetos de sociedade e de profissão conservadores, que tendem a disputar espaço com o projeto ético-político hegemônico fundamentado na perspectiva crítica.

No que se refere à produção de conhecimento, especificamente do Serviço Social, depreende-se que, ao passo que o ideário em questão imprime questionamentos e recusa à razão dialética, de igual forma, acaba por tensionar a direção do projeto profissional, qual seja: a fecunda interlocução com o referencial marxiano/marxista, e, portanto, com a razão crítico-dialética.

Vale destacar que, durante a década de 1980, “sem prejuízos de perspectivas alternativas e correntes, foram os influxos da tradição marxista que deram o tom ao

³⁴ Entende-se por pós-modernidade a crítica à modernidade, orientada pela busca do repensar e da superação de alguns dos ideais modernos. Na letra de Kumar, (1997, p. 79) “o “pós” de pós-modernidade é ambíguo. Pode significar o que vem depois, o movimento para um novo estado de coisas, por mais difícil que seja caracterizar esse estado tão cedo assim. Ou pode ser mais parecido com *post de post-mortem*: exéquias realizadas sobre o corpo morto da modernidade; é esse estado de reflexão. Neste caso, não há uma percepção necessária de um novo começo, mas apenas um senso algo melancólico de fim.

³⁵ Para maior aprofundamento, cf. dentre outros, Netto (1992).

debate profissional”, contribuindo, dessa forma, para maioria intelectual do Serviço Social no Brasil, fornecendo nesta profissão um debate crítico (NETTO, 1996, p. 113), bem como, o seu reconhecimento e validação acadêmica como área de produção de conhecimento (MOTA, 2013), e, sobretudo, a constituição de uma vertente crítica.

Todavia, Santos (2007) assegura que a ideologia pós-moderna não desqualifica integralmente o projeto ético-político, mas disputa com ele a predominância no interior da profissão, apresentando valores como a democracia, a cidadania – expressões do direito burguês (conteúdo reformista), como sendo valores universais, finalidades últimas da ação profissional.

Sobre esse aspecto, ressalta-se que mesmo no campo daqueles/as que se articulam ao pensamento pós-moderno, configuram um campo heterogêneo, a partir do qual é possível identificar tendências críticas à sociedade burguesa; no entanto, a crítica formulada, por não ultrapassar a aparência dos fenômenos, acaba por reproduzir ou contribuir para a reprodução da sociedade do capital.

Cantalice (2013, p. 119) chama atenção para os impactos dessa ideologia do capital no campo da produção do conhecimento do Serviço Social, que vem conquistando espaço nos programas de pós-graduação, e, dessa maneira, “inaugura novos conflitos no que tange aos valores e concepções consolidados no âmbito do projeto ético-político profissional”. A autora destaca que estes conflitos apontam para um caminho regressivo, “sob a lógica da serialidade, do imediato e da alienação, o que pode ao fim permitir o retrocesso da profissão em termos de projeto e de consciência” (ibidem, p. 119).

Diante do exposto, fica claro que, se a conjuntura atual de desenvolvimento do capitalismo se reconfigurou, apresentando novos (e reatualizando antigos) desafios e possibilidades para o conhecimento, e, deste, requisitando respostas, é certo que a apreensão das múltiplas determinações desse novo quadro só se torna possível pelo emprego da razão crítica (SIMIONATTO, 2009).

Reiteramos, pois, as palavras de Mota (2013) que, neste contexto de barbárie, a pesquisa em geral e, particularmente, a pós-graduação em Serviço Social cumpre um papel decisivo, dado o seu direcionamento acadêmico e não profissionalizante, no sentido de

contrapor-se radicalmente às iniciativas que, sob a égide de respostas às questões presentes no cotidiano profissional, podem retroceder em busca do

aplicado, do eficaz, postando-se como instância formadora para o ‘trabalho complexo’ (MOTA, 2013, p. 20).

Considerando os apontamentos, endossamos que “[...] nunca foi tão necessário que o Serviço Social reivindique as análises que alcancem os fundamentos, que possam ir à raiz dos processos sociais para desvelá-los se valendo da arma da crítica” (GUERRA et al., 2018, p. 23).

E, nesse contexto de profundas mudanças,

Somente uma perspectiva teórico-crítica que permita apreender o movimento histórico que se contém nas transformações societárias em curso e a negatividade que ele comporta, perspectiva vinculada a um projeto social anticapitalista sem vincos utópicos-românticos, pode assegurar que os componentes sociocêntricos e emancipadores que a cultura profissional recentemente abrigou sejam potenciados e atualizados. É essa perspectiva – que só me parece garantida com a direção social estratégica explicitada (...) – que pode abrir o Serviço Social a demandas que transcendam o horizonte da ordem do capital (NETTO, 1996 p. 127).

E aqui cabe ressaltar que, através dos cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, torna-se possível não só formar pesquisadores/as para manipular instrumentos e técnicas de investigação, mas, sobretudo, formar professores/as e recursos humanos altamente qualificados para responder às expressões do real concreto, e problematizar temas de interesse social e coletivo. Apesar da relevância atribuída à investigação como elemento transversal da graduação, é na pós-graduação que são formados, efetivamente, pesquisadores, e onde, majoritariamente, o conhecimento é produzido.

É preciso demarcar que, em uma sociedade permeada por conflitos de classes, a produção de conhecimento, no âmbito da pós-graduação cumpre um papel decisivo no desvelamento da realidade, logo, na busca dos seus *fundamentos*, em tempos de negacionismo. Nesses termos, o conhecimento não se constitui apenas como ferramenta para a compreensão do mundo, mas, acima de tudo, como possibilidade de sua transformação, enquanto “uma arma poderosa no campo da luta de classes” (LOWY, 1994, p. 202).

Finalmente, ressaltamos as palavras de Carvalho e Silva e Silva (2005, p. 137), que a pós-graduação tem um papel fundamental na qualificação e no avanço do Projeto Ético-Profissional do Serviço Social, hegemônico, “[...] fazendo avançar a formação profissional, a interlocução com a realidade social e a produção do conhecimento no âmbito da profissão e das Ciências Sociais.”

As reflexões aqui expostas estão longe de esgotar a complexidade que entretetece a problemática da crise e seus rebatimentos no Serviço Social. É preciso recorrer aos fundamentos ontológicos da realidade para desvelar os processos sociais que atravessam a sociedade contemporânea e a profissão. Sem a busca aos fundamentos, tendemos a naturalizar os fenômenos, ao passo que contribuimos para a sua conservação, e, no nosso passado nós já estivemos nesse lugar.

Na constituição do Serviço Social brasileiro, a intenção de ruptura foi de fundamental importância para dar início a um processo de crítica e ressignificação da formação e do trabalho profissional, a partir da interlocução com a tradição marxista/marxiana, como veremos no próximo capítulo. Resgatar e reafirmar a sua importância histórica em tempos de regressiva conservadora, e avançarmos na crítica radical a essa sociedade, com vistas a sua transformação, é urgente e necessário.

No próximo capítulo nos aproximaremos da discussão dos Fundamentos do Serviço Social pós MRLA e renovação profissional brasileira, de modo a apreender o que a produção de conhecimento no eixo da tradição marxista e no âmbito da pós-graduação revelam sobre o tema.

Importante registrar que dada a ampla produção intelectual do Serviço Social e a complexidade do tema, não se pretende esgotar as discussões levantadas pela literatura. Nosso objetivo é abrir um diálogo e apontar elementos caros à compreensão dos Fundamentos teórico-metodológicos, a partir de uma fecunda bibliografia voltada aos fundamentos do Serviço Social.

4. **FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL:** concepções presentes na produção do conhecimento em análise

A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra ad hominem, e demonstra ad hominem tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem.

KARL MARX (2005, 15)

Na pesquisa que originou este trabalho, partimos do entendimento, como já dito nas primeiras páginas desse estudo, que não há uma conceituação sobre os Fundamentos do Serviço Social (SANTOS, 2018). Embora não haja divergências de ideias, existe um debate acerca da compreensão do seu significado, bem como, entre os diferentes Fundamentos do Serviço Social, como aponta Santos (2018).

Partindo dessa compreensão e, assumindo a coexistência de projetos neoconservadores inspirados nas tendências pós-modernas, que tendem a se expressar na profissão, sobretudo, na produção de conhecimento, pesquisar e explicitar os Fundamentos que alicerçam essa profissão, e lhe dão sentido e significado, é uma tarefa que se coloca na ordem do dia.

As reflexões acerca da produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro, decorre do suposto de que parte importante da produção de conhecimento no país e, em particular, do Serviço Social, se desenvolve no processo de formação de novos pesquisadores/as no interior das pós-graduações. Todavia, ultrapassa os limites enquanto locus da produção do conhecimento, ao revelar subsídios necessários ao adensamento da

[...] intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão (MOTA, 2013, p. 18).

Cantalice aponta que é em torno dessa produção

[...] que se expressa à extensão das influências e das tendências teórico-metodológicas incorporadas pelo Serviço Social, cuja essência incide na perspectiva de captura do real e na articulação de estratégias para a prática profissional (CANTALICE, 2013, p. 24).

Entende-se que a dominância teórico-cultural de um projeto profissional não é algo estático, mas depende das questões conjunturais e do jogo de forças entre os diferentes segmentos profissionais que, em determinados momentos históricos são retraídos/sufocados, e, em outros, ganham destaque e se fortalecem. Assim sendo, numa conjuntura de regressão civilizatória, em particular, num momento em que a ciência tem sido julgada e desacreditada, o pensamento neoconservador tende a se espriar, objetivado uma grande investida ideológica, que tende a se expressar na produção de conhecimento. Neste sentido, as análises aqui produzidas inserem-se nesse movimento contemporâneo, de disputas e de explicitação de projetos societários contrários e a favor da ordem capitalista.

Para tanto, consideramos neste capítulo, o desafio de explicitar as concepções de Fundamentos do Serviço Social presentes na produção do conhecimento da área, a partir de dois momentos: o momento pós MRLA e renovação do Serviço Social brasileiro, e o momento da contemporaneidade³⁶. Dentre os/as autores/as selecionados/as para o primeiro momento dessa análise estão: Carmelita Yazbek, Yolanda Guerra, Marilda Iamamoto, José Paulo Netto e Cláudia Mônica Santos. Trata-se de pesquisadores/as de relevo, que vem contribuindo com o debate, o aprofundamento dos estudos e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro, sobre os dilemas, possibilidades e limites postos à profissão, no âmbito da perspectiva crítica.

No segundo momento, que corresponde à apreensão dos estudos sobre os Fundamentos na contemporaneidade, analisamos os trabalhos de pós-graduação, particularmente, as teses de doutorado, considerando os critérios estabelecidos para esse estudo³⁷, com o propósito de explicitar as concepções de Fundamentos e a/as perspectiva/as teórica-metodológica/as que ancoram o debate. Compõem a nossa amostra os trabalhos de doutoramento descrito no Quadro 1:

³⁶ Para os propósitos desse estudo, consideramos “contemporâneos” os trabalhos de pós-graduação analisados no lapso temporal de 2015 a 2020.

³⁷ Os critérios de seleção utilizados na pesquisa estão explicitados na Introdução dessa dissertação.

Quadro 1 – Teses que versam sobre os Fundamentos do Serviço Social (2015-2022)

TÍTULO	AUTOR(A)	PPG	ANO
Questão Social: um estudo acerca dos fundamentos teóricos, estratégias metodológicas e relação teórico-prática no ensino em Serviço Social	JOSÉ WESLEY FERREIRA	PUCRS	2015
Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área	THAISA TEIXEIRA CLOSS	PUCRS	2015
Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no caribe: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba	MARILÉIA GOIN	PUCRS	2016
Serviço Social e formação profissional: um estudo sobre o ensino dos fundamentos do trabalho profissional em Serviço Social no Brasil	PRISCILA KEIKO SAKURADA	UFRJ	2018
Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS	RODRIGO JOSÉ TEIXEIRA	UFRJ	2019

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

É importante enfatizar que o debate em torno dos Fundamentos perpassa pelo entendimento das dimensões ontológica, filosófica, teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo, como uma unidade articulada. Explicitar e aproximar-se dialeticamente da literatura da área, ressaltando as contribuições coletivas que subsidiam a sua compreensão dos Fundamentos históricos e teórico-metodológicos, é tarefa substancial desse estudo.

4.1. Concepções de Fundamentos expressas na produção de conhecimento do Serviço Social pós Movimento de Reconceituação Latino-Americano e da renovação do Serviço Social brasileiro

A discussão em torno dos Fundamentos, encontra sua gênese, segundo Guerra (2018, p. 27), na necessidade de superar a “tricotomia história/teoria/método resultante da revisão do projeto de formação dos anos de 1980” e que consagrou a nova direção social expressa nas Diretrizes Curriculares de 1996. Para a autora, foi a busca em ultrapassar a separação posta pela tríade supracitada que fez surgir o debate crítico dos Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos no Serviço Social.

Dentre as produções de relevo no universo profissional, destaca-se os estudos de Yazbek (2009; 2018), que vêm contribuindo historicamente com o debate sobre as matrizes do conhecimento que fundamentaram e aquelas que fundamentam o Serviço Social brasileiro e as tendências contemporâneas, em especial, aquelas voltadas para a abordagem teórico-metodológica.

As análises da autora supracitada para a apreensão dos Fundamentos, ressaltam a exigência do conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do pensamento social, bem como, do movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e produz análises sobre a realidade em que se insere, e explica sua própria intervenção.

Para Yazbek (2009, p. 2), o ponto de partida para compreensão dos Fundamentos consiste na análise do processo de incorporação pela profissão “de ideias e conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica, em seu processo de institucionalização no Brasil”, tendo em vista que é a partir de posicionamentos de cunho humanista conservador que o Serviço Social “vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais” (YAZBEK, 2009, p. 4).

Essa relação [entre a profissão e o ideário católico] vai imprimir à profissão que se inicia um caráter de apostolado apoiado em uma abordagem da questão social como problema moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivem. A contribuição do Serviço Social nesse momento incidirá sobre valores e comportamentos de

seus "clientes" na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes (YAZBEK, 2018, p. 51-52).

Seguindo esta análise, a autora aponta, ainda, a apreensão das principais matrizes teórico-metodológicas acerca do conhecimento na sociedade burguesa³⁸ como elementares na análise dos Fundamentos.

Tecer algumas considerações sobre este processo é buscar compreender diferentes posicionamentos, lógicas e estratégias que permearam o pensamento e a ação profissional do Serviço Social em sua trajetória e que persistem até os dias atuais com novas articulações, expressões e redefinições (YAZBEK, 2009, p. 3).

Nessa trilha argumentativa, o contributo de Netto (2015) é essencial para recuperar a preocupação em refletir sobre os Fundamentos, através da apreensão do chamado processo de renovação do Serviço Social brasileiro, que acompanhou as direções já apontadas nesse estudo³⁹ (*modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura*).

Este processo de renovação brasileiro, analisado por Netto (2015), demonstra o caminho teórico-metodológico percorrido pela profissão para construir suas bases científicas. Nessa reestruturação, são explicitados desde traços característicos do Serviço Social tradicional, estando este fundamentado no conservadorismo de viés estrutural funcionalista, às influências do pensamento fenomenológico, e, mais recente, da tradição marxista. É nesse bojo de análise que, se revelaram (e revelam) na formação profissional, na produção de conhecimento, na organização política e no exercício profissional, traços fortes da profissão.

Destaca-se também, nesse universo das matrizes teórico-metodológicas, o desenvolvimento de uma “*vertente neoconservadora*” de inspiração pós-moderna que, alinhada às transformações societárias operadas nas últimas três décadas do século XX, conforme apontadas por Netto (1996; 2012), acabam por tensionar todo o legado crítico e a direção estratégica assumida por esta profissão.

Pode-se afirmar que toda a problemática envolve uma guerra ideológica que se volta contra os diferentes modelos explicativos da realidade, tendo como foco central,

³⁸ As abordagens positivistas/funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas; àquelas inspiradas na fenomenologia; o recurso ao pensamento de Marx; e, mais recente, a pós-modernidade.

³⁹ Vide item no item 2.2 A renovação do Serviço Social brasileiro: o Método BH desenhando o caminho da ruptura.

a validade teórica do marxismo e da razão dialética na apreensão do mundo em transformação.

Destarte, são lançados questionamentos que se dirigem à crítica a razão, afirmada como instrumento de repressão e padronização. É proposta, pois, a superação das utopias e das análises totalizantes (NETTO, 2012).

A grande polêmica dirige-se contra o marxismo, entendido, equivocadamente, como um modelo determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais. A 'razão dialética', colocada em xeque, teria se esgotado, cedendo lugar ao irracionalismo e ao relativismo. Ampliou-se, a partir de então, o embate entre modernidade e pós-modernidade, destacando-se a novidade dos chamados 'novos paradigmas' como caminhos analíticos alternativos para se fazer ciência e se conhecer a realidade social. (SIMIONATTO, 2009, p. 91)

Na medida em que aponta como ilegítimas e obsoletas as ideias e práticas da perspectiva crítica, cumpre uma função ideológica de sustentação e de legitimação do *status quo*, através do conjunto das suas ideias e mecanismos, que tendem a reforçar regras, comportamentos, hábitos e práticas sociais funcionais e necessários à lógica capitalista (JAMENSON, 1996).

Em face disto, Marx (2002a, p. 24) é assertivo:

Não interessa mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente [...]. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética.

Em lugar do debate de natureza científica e histórica prevalece o negacionismo e a ignorância humana, com retrocessos ao irracionalismo e obscurantismo no pensamento, no qual são questionadas verdades, descobertas científicas e fatos históricos.

Os desdobramentos disso no âmbito da profissão, todavia, parecem claros:

É justamente sob a base da perspectiva crítico-dialética de matriz marxiana que se ergue o Projeto Ético-Político, de onde se estruturam os princípios ético-políticos vigentes, onde se assenta a direção social estratégica colocada para a prática profissional. De modo que todo desestímulo ao estudo e à pesquisa sistemáticos e aprofundados, sob essa base, toda renúncia às matrizes teórico-metodológicas a ela atrelada, tem como contrapartida um empobrecimento da prática profissional, um retrocesso ético-político, em relação às conquistas da categoria galgadas na virada iniciada em finais de 1970, desencadeadas pela recusa do conservadorismo (SILVEIRA JUNIOR, 2016, p.178).

O enfrentamento dessa polêmica passa pelo entendimento de que somente uma perspectiva teórico-crítica que permita apreender o movimento histórico nas suas contradições, é capaz de assegurar “estratégias profissional minimamente adequadas para responder às problemáticas emergente” (NETTO, 1996, p. 87). E mais: “é essa perspectiva [crítico-dialética] [...] que pode abrir o Serviço Social à demandas que transcendam o horizonte da ordem do capital” (NETTO, 1996, p. 128).

Para além desses apontamentos, é possível identificar na literatura, outras contribuições que localizam a história, a teoria e o método como constituintes dos Fundamentos da profissão, como é o caso de Guerra (2018) e Santos (2018). As reflexões nestas, e em outras produções das autoras, revelam a indissociabilidade entre a tríade história/teoria/método na compreensão do tema, que passa a ser tratada de forma complementar entre si.

Essa indicação aponta para uma dupla exigência: *a primeira*, a de compreender a história como processo, em seu movimento dialético, e não tomada no seu aspecto cronológico, evolucionista linear, como ocorrência de eventos e fatos importantes no tempo e no espaço (GUERRA, 2018). E aqui cabe uma observação que adquire total relevo:

Ao contrário, nessa perspectiva [do materialismo histórico-dialético], a história é explicada pelas contradições que a constituem e a movimentam. Como um processo de avanços e retrocessos históricos. São as mediações que conectam os diferentes períodos históricos que nos permitem entender seus conteúdos, bem como possibilita captar os modos de pensar engendrados nos processos históricos como história da sociedade e o pensamento social tecido na trama da história. O desvelamento dessas mediações, pelas categorias da teoria social de Marx e da tradição marxista, é a chave heurística para nos aproximarmos de uma interpretação mais correta possível da profissão em tempos historicamente determinados (GUERRA, 2018, p. 34)

Guerra (2018) chama atenção para as armadilhas e riscos de uma apreensão sobre a história em que se prioriza a linearidade dos acontecimentos históricos, estando essa perspectiva impregnada de uma “racionalidade formal-abstrata”.

Nas palavras da autora,

Há que se ter o cuidado, pois na lógica da periodização pode haver o predomínio do passado sobre o presente na apreensão do Serviço Social. Aomesmo tempo, priorizar o presente desconsiderando suas mediações com a realidade, estaremos abstraindo a profissão das determinações históricas que lhe dão concretude e daquelas que nos permitem interpretar a(s) cultura(s) que vem sendo gestada(s) na profissão” (GUERRA, 2018, p. 35).

A superação dessa “lógica”, segundo Guerra (2018, p. 36), demanda uma “aproximação mais fiel à realidade” através da pesquisa, que aponte para a reconstituição histórica das “categorias constitutivas da cultura profissional”.

A *segunda exigência* que se impõe, é a de compreender a teoria e método enquanto alicerces profissionais que garantem a defesa do significado social da profissão, e das suas particularidades enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, tendo como pilares de sustentação a teoria social crítica e o método crítico-dialético, como “*instrumento de leitura e interpretação da realidade*” (GUERRA, 2018, p. 32).

Tal exigência recoloca, em primeiro plano, o enfrentamento da polêmica de que “na prática a teoria é outra”, fruto de uma apreensão fragmentada e superficial da tradição marxista no passado profissional, e ainda persistente na formação.

Nessa direção, Guerra (2018, p. 33) aponta que é preciso um trato rigoroso das categorias de análise de Marx para “[...] interpretar os modos de viver e de pensar dos sujeitos sociais individuais e coletivos com os quais trabalhamos, na sua condição de indivíduo, classe e gênero humano”.

Assim é que a teoria social de Marx e o método dialético-materialista como fundamento da realidade social, constitui um terreno privilegiado para a apreensão das particularidades do Serviço Social, tanto da sua maneira de intervir, como de pensar, incorporados ao longo de sua trajetória, como aponta Iamamoto (2015).

Em que pese os contributos de Santos (2018) sobre a tríade já mencionada, a autora aponta que ela vai se expressar nos núcleos que norteiam as Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social de 1996, nomeadamente, os “Núcleos de Fundamentos da Formação Profissional”.

Compreendem, pois, os “Núcleos de Fundamentos da Formação Profissional”, segundo a ABEPSS (1996):

- *Os Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social:* encarrega-se pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, propiciando os elementos fundamentais da vida social que serão particularizados nos posteriores núcleos.
- *Os Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira:* remete-se ao conhecimento da constituição econômica, social, política e

cultural da sociedade brasileira, levando em consideração a sua configuração dependente e a sua particularidade histórica nacional.

- *Os Fundamentos do Trabalho Profissional*: particulariza a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho, assim como sua prática enquanto concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social.

O processo coletivo de debate e de definição dos eixos centrais, que fundamentam a formação profissional, trouxe para a centralidade também o exercício profissional, fortalecendo a concepção de que é impensável a cisão entre formação e exercício profissional (SANTOS, 2018). Na letra da autora, “ao trazer a centralidade do exercício profissional, o trabalho do(a) assistente social há que ser desvendado, há que ser compreendido no âmbito das relações sociais” (SANTOS, 2018, p. 12).

É nessa direção que tais núcleos, na sua articulação, tornam possível compreender e desvelar os Fundamentos, na medida em que estes ancoram em uma “lógica” dialética, uma concepção de Fundamentos do Serviço Social norteados pela perspectiva da “*totalidade histórica*” (SANTOS, 2018).

Guerra (2018, p. 41) endossa tais reflexões ao enfatizar:

Seguramente é esse mesmo procedimento da razão [crítico-dialética] que deve permitir construir novas interpretações sobre a historicidade da profissão e/ou aprofundar as já conhecidas, como modo de resistência aos ataques frontais que temos recebido do pensamento neoconservador, expresso, entre outro, no discurso pós-moderno.

A aproximação com a literatura crítica, nos permitiu agregar elementos importantes apresentados pelos/as pesquisadores/as do tema, que demonstram a sua necessária apreensão para enfrentar no campo histórico-ontológico, teórico-metodológico e ídeo-político, as tensões colocadas pelo avanço de novas expressões, como é o caso da pós-modernidade, no âmbito da profissão.

Os avanços e o acúmulo realizados no debate em torno dos Fundamentos do Serviço Social, foram enormes; mas embora a área conte com uma rica e densa literatura crítica sobre o tema, com pesquisadores(as) que formularam teses distintas e fundamentais para a compreensão do significado social e da particularidade desta profissão na sua trajetória sócio-histórica, o que vem se observando ao longo dos anos, é que este tema vem sendo secundarizado, como veremos mais adiante.

Cumpra observar que, na esteira das contribuições ao debate sobre os Fundamentos, foram criados os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), no ano de 2010, pela ABEPSS, como estratégias coletivas de aprofundar e ampliar reflexões teóricas sobre as mais diversas temáticas, das quais podemos destacar a ênfase conferida ao GTP “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”, reunindo pesquisadores(as) com o propósito de estimular a elaboração, produção e circulação do conhecimento sobre o tema (ABEPSS, 2008).

A rigor, o GTP “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” visa

[...] tratar as particularidades atribuídas à profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, a natureza do Serviço Social, os elementos constitutivos da profissão como uma especialização do trabalho – trajetória histórica da profissão; as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnica-operativa, tanto no âmbito da investigação quanto da formação. (SANTOS, 2018, p. 14)

Além disso, é tarefa do GTP o planejamento, organização e execução do projeto “ABEPSS Itinerante”, criado em 2012, para subsidiar discussões no âmbito da formação profissional. Dentre os eixos temáticos já abordados pelo projeto estão: as diretrizes curriculares e o projeto de formação profissional, em 2012; o estágio supervisionado, 2014; os fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social constitutivos da profissão como totalidade histórica, no ano de 2016; as atribuições e competências profissionais dos assistentes sociais captadas na relação entre o trabalho e a formação profissional, em 2018; a ética e direitos humanos: elementos para a crítica ao conservadorismo, em 2020; e, mais recente, em 2022, o tema central foi a questão Social, os 25 anos das Diretrizes Curriculares e os projetos pedagógicos dos Cursos de Serviço Social⁴⁰.

O projeto “ABEPSS Itinerante” vem se constituindo enquanto um importante espaço estratégico de ampliação das discussões sobre os Fundamentos históricos e teórico-metodológicos, e de fortalecimento do projeto de formação crítico do Serviço Social, como um dos elementos de sustentação do projeto ético-político profissional.

Nesse movimento de dar visibilidade à temática dos Fundamentos, destaca-se também a realização do “I Seminário Nacional sobre os Fundamentos do Serviço

⁴⁰ Informações coletadas através do site oficial da ABEPSS, na aba “ABEPSS Itinerante”. Website: <https://www.abepss.org.br/>

Social”, em novembro de 2017, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro (RJ), que outrora impulsionou a publicação da coletânea “Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica” publicada pela Editora Papel Social, no ano de 2018.

É preciso demarcar que o debate dos Fundamentos está no cerne das disputas por um projeto de formação, e mais, por um projeto de profissão. É preciso reconhecer que há disputas de interpretação da profissão e da compreensão dos seus Fundamentos, e, que essas disputas atravessam todos os campos e espaços sócio-ocupacionais, colocando desafios os mais diversos para todo o legado crítico construído durante anos pelos sujeitos profissionais.

Considerando a presença das tendências acima destacadas, importa, ainda, apreender as concepções sobre os Fundamentos do Serviço Social brasileiro que estão presentes nos estudos da pós-graduação no Brasil na contemporaneidade, o que será desenvolvido no próximo item. Subscrevemos as palavras de Guerra que “[...] nunca foi tão necessário que o Serviço Social reivindique as análises que alcancem os Fundamentos, que possam ir à raiz dos processos sociais para desvelá-los se valendo da arma da crítica” (GUERRA et al., 2018, p. 23).

4.2 . Concepções de Fundamentos do Serviço Social expressas na produção do conhecimento na contemporaneidade

As reflexões aqui presentes têm como fonte de investigação o conhecimento teórico produzido nas teses de doutorado cadastradas no Banco de Teses e Dissertações da Plataforma Sucupira, com o objetivo de desvelar as concepções de Fundamentos do Serviço Social expressas por estas produções, e a/as perspectiva/as teórica-metodológicas que ancoram o debate.

A aproximação ao universo da pesquisa nos permitiu identificar um dado de realidade que não passa despercebido na discussão sobre os Fundamentos. Diz respeito à carência de estudos que abordam a temática. Tendência essa já apontada por pesquisadores/as da área (IAMAMOTO, 2015; NETTO, 2016; SILVA, 2019), e que

segue se confirmando. Isto porque, do total de trabalhos encontrados (633), apenas 05 (cinco) atenderam aos critérios explicitados⁴¹.

Em análise sobre as tendências da produção de conhecimento sobre os Fundamentos do Serviço Social, até os anos 2000, Iamamoto (2015) já apontava para a seguinte preocupação:

são poucas as produções recentes que têm o Serviço Social como objeto de suas pesquisas, podendo sugerir uma armadilha: a incorporação, pelos próprios pesquisadores, de uma imagem social subalternizada da profissão, redundando numa relação envergonhada com o Serviço Social, não assumida como tal, e encoberta na busca de temas considerados de maior relevo acadêmico e social como objeto das investigações. (IAMAMOTO, 2015, p. 244)

Já pontuamos que a produção intelectual do Serviço Social nos últimos anos tem apresentado um expressivo crescimento, revelando um amplo leque de temas de pesquisa que passaram a compor os estudos de pesquisadores/as da área⁴². Fato esse que reflete o interesse em investigar e se apropriar de temas contemporâneos à profissão.

Segundo Guerra (2010), com a inserção dos/as assistentes sociais nos processos sócio-históricos reais e concretos, e, tendo em vista os investimentos teórico-intelectual que um significativo segmento da profissão vem realizando, o Serviço Social, detém hoje, um largo conhecimento sobre as políticas sociais, especialmente a de seguridade social, que vem habilitando a intervenção político-acadêmica e socioprofissionais em vários setores da sociedade. Contudo, quando se trata de estudos que tem o Serviço Social como objeto de pesquisa, particularmente, os seus Fundamentos, há uma disparidade nas produções. Verificamos também essa tendência convergente nos estudos de Closs (2015) e Goin (2016), analisados durante a nossa pesquisa.

Ao aproximar-se das produções de Fundamentos no âmbito da América Latina e do Caribe, Goin (2016) constatou o seguinte:

⁴¹ É preciso destacar que essa constatação leva em consideração os critérios utilizados para a seleção desta pesquisa (cf. metodologia detalhada na Introdução), pois há estudos de maior abrangência, e que levam em consideração outros critérios de seleção de dados, que vem apontando uma notoriedade na produção do conhecimento sobre os Fundamentos do Serviço Social, a exemplo de Lewgoy e Serpa (2018).

⁴² Os estudos de Kameyama (1998), Carvalho e Silva (2005), Yazbek (2005), Simionatto (2005), Iamamoto (2010) e Lewgoy e Serpa (2018) registram a variedade de temas que vem dando o tom à produção de conhecimento do Serviço Social.

[...] As produções de referência para o estudo dos Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe, além de pífias, eram (são) pouco consistentes em face da relevância dos conteúdos, em que pese o fato de, no Brasil, as produções sobre o Serviço Social serem densas, porém diminutas, se comparadas às resultantes de investigações no campo das políticas sociais (GOIN, 2016, p. 19).

Nessa trilha, Closs (2015) ao analisar a produção de conhecimento brasileira de 11 (onze) periódicos da área, entre os anos de 1993 a 2013, identificou que a produção que aborda diretamente os Fundamentos é bastante diminuta, não chegando a atingindo o total de 1% das publicações dos periódicos. Para essa autora, o diminuto trato direto e visibilidade dos Fundamentos na produção da área

[...] revela uma contradição em processo entre o adensamento conceitual totalizante dessa matriz e a sistematização de um campo de mediações e particularizações que contribuam para sua materialização na formação e no exercício profissional, numa conjuntura societária de ofensiva do capital sobre o trabalho, as lutas e os direitos sociais, a qual impacta nas próprias bases históricas da hegemonia desta matriz e também fragiliza essa conjugação. (CLOSS, 2015, p. 13-14)

Netto (2016) chama atenção para as repercussões de uma “parca atenção” conferida aos estudos que tem como objeto o Serviço Social, sobretudo, no período mais recente da história. Para esse autor,

Uma tal atrofia, entre outras implicações, afeta significativamente a incidência da pesquisa histórica no direcionamento social da profissão e pode sinalizar, como que premonitoriamente, uma *inflexão* na direção social que se considera hegemônica. (NETTO, 2016, p. 65).

Ao explicitar essa tendência, que se expressa não só nesta análise que ora apresentamos, mas em outras pesquisas que se debruçam sobre os Fundamentos do Serviço Social, não estamos nos distanciando dos objetivos propostos nesta exposição. Queremos com isso, sinalizar um dado de realidade pertinente, que tende a aparecer enquanto particularidade da discussão sobre o tema.

Outro dado que se releva no processo de amostragem, é uma concentração de estudos em dois programas de pós-graduação (passível de verificação no Quadro 01, a saber: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É necessário destacar que ambos os programas dispõe de linhas de pesquisa que se conectam com a temática dos Fundamentos, através de conteúdos historicamente abordados pelo Serviço Social (estudos e pesquisas sobre o Serviço Social, sobre a questão social, trabalho

profissional, formação e sobre estudos de método), e possuem ampla trajetória de pesquisas.

Posto isso, nos aproximando das concepções de Fundamentos presentes nos estudos de pós-graduação, objeto de análise do presente estudo, foi possível constatar uma diversidade na abordagem do tema, que, entretanto, não divergem, mas sim, dialogam entre si.

Em estudo acerca do ensino da Questão Social na formação em Serviço Social, Ferreira (2015) parte da seguinte compreensão:

Entende-se por fundamentos teóricos as teorias vinculadas ao materialismo histórico e dialético que subsidiam os assistentes sociais em suas leituras de realidade e contribuem com o direcionamento das ações profissionais tanto no âmbito da academia como nos campos de intervenção. (FERREIRA, 2015, p. 18).

Em conformidade, Closs (2015) parte do pressuposto de que os Fundamentos do Serviço Social consistem

na matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira, a qual possui dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. (CLOSS, 2015, p. 13-14).

Para estes autores/as, a compreensão dos Fundamentos passa pelo entendimento e problematização das teorias explicativas da realidade incorporadas pela profissão ao longo de sua trajetória e em dados contextos históricos, para explicar os fenômenos sociais e embasar o exercício e a formação profissional. Ferreira (2015) e Closs (2015) apontam ainda, que esses Fundamentos se encontram hoje, assentados na tradição marxista.

Sobre esse aspecto Closs (2015) ressalta:

Esta matriz, na atualidade, conforma-se a partir da conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios na análise histórico-crítica totalizante do Serviço Social, profissão cujo núcleo central reside no debate teórico-metodológico marxista, na análise da sua historicidade, na abordagem teórica da questão social e da categoria trabalho (mediada com a profissão), bem como do seu projeto ético-político. (CLOSS, 2015, p. 13-14).

O ponto de partida para a problematização dos Fundamentos do Serviço Social em Closs (2015), se situa no debate travado em torno da revisão das Diretrizes

Curriculares para a formação em Serviço Social, desde o currículo de 1982 ao atual projeto de formação, que data de 1996. Sendo essa revisão um marco significativo da contextualização histórica e teórica na formação, é a partir desse processo de redefinição, que os Fundamentos passaram a ser explicitados e ganham centralidade. (CLOSS, 2015).

Outra produção que tematiza a abordagem das matrizes explicativas para a compreensão dos Fundamentos, diz respeito ao estudo de Goin (2016). Segundo a autora, entende-se por Fundamentos do Serviço Social,

[...] os elementos que (a) alicerçam e assentam as bases da formação e do trabalho profissional ao longo de sua trajetória sócio-histórica e (b) conferem configuração particular à profissão em face da processual e orgânica relação com a realidade, interpondo-lhe a necessária apropriação das matrizes de conhecimento do social e do movimento da sociedade para prover de direção social e política o trabalho profissional, seja por viés conservador, seja emancipatório. (GOIN, 2016, p. 37).

Ao aprofundar a discussão sobre o tema, Goin (2016) destaca como eixo condutor a história, a teoria e o método, que permitem compreender de que forma a profissão se insere no universo das relações sociais e como se faz reconhecer socialmente, a partir do seu significado, finalidade e direção social.

Segundo a autora, a relação entre a tríade deve ser tomada como indissociável, pois compreendem (história/teoria/método) a “base fundacional em que a formação e o trabalho profissional se assentam no decorrer de sua trajetória sócio-histórica” (GOIN, 2016, p. 31), não significando, portanto, reduzir categoricamente o debate travado em torno da temática à discussão acerca da história da profissão, bem como, às direções epistemológicas que até hoje perpassaram em dados períodos históricos. Nesses termos, Goin (2016) expressa total sintonia com as reflexões abordadas por Guerra (2018) e Santos (2018).

A história em Goin (2016), é apreendida a partir de uma concepção materialista, enquanto “processo” que se situa na dinâmica da realidade social, e que se “traduz pela ação dos homens”, e não tomada de modo “formalista e pragmatista”.

A história não é outra coisa senão a sucessão de diferentes gerações, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações que antecederam; assim, por um lado, prossegue em condições completamente distintas da atividade anterior, enquanto, por outro lado, transforma as circunstâncias anteriores por meio de uma atividade completamente diferente. (MARX; ENGELS, 2006, p. 77, apud GOIN, 2016, p. 43).

Já em relação à teoria, a autora endossa que é por meio dela que a profissão “se vê e se coloca na dinâmica social, seja sob uma ótica conservadora [...] seja sob uma ótica revolucionária”, sendo necessária a apreensão das matrizes explicativas. Sobre método, julga a sua relevância intrínseca à teoria social crítica, enquanto “subsídio teórico-metodológico para apropriação e leitura da realidade, orientadas por uma finalidade, ou seja, por sua teleologia, com vistas à direção social e política hegemonicamente construída na profissão.” (GOIN, 2016, p. 36).

Observamos essa relação no trabalho de Teixeira (2019, p. 162), que reitera a relação intrínseca entre história, teoria e método, como a “base [lê-se Fundamentos] da teoria social que sustenta todo o projeto de formação profissional”, que se expressa na unidade articulada dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (TEIXEIRA, 2019).

Partindo dessa compreensão, Teixeira formula a tese de que

[...] há no projeto de formação profissional do Serviço Social uma concepção acerca dos Fundamentos do Serviço Social, assentada na unidade articulada dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, expressando uma relação intrínseca entre trabalho e formação profissional. [...] (TEIXEIRA, 2019, p. 21).

Sob essa ótica, Teixeira (2019) aponta que ao apreender os núcleos de fundamentação de forma articulada, torna-se possível não só uma análise do processo de formação, mas a análise do movimento do real na sua totalidade social – não se restringindo à mera aparência, aos elementos imediatos da vida social, mas implicando o desvendamento de todas as suas determinações e relações intrínsecas –, e do trabalho no cotidiano do espaço sócio-institucional, enfrentando o dilema já explicitado no primeiro item desse capítulo, que desassocia a teoria da prática.

Isso denota, pois, capturar a lógica das mudanças históricas que alteram as relações de trabalho na sociedade brasileira, considerando-a na sua particularidade sócio-histórica (e aspectos de territorialização), os novos contornos da “questão social” e a ampliação das desigualdades na sociedade capitalista. Acrescenta-se a esses elementos, a apreensão dos novos padrões de regulação, com que o Serviço Social se defronta no âmbito das políticas sociais na contemporaneidade.

Ademais das concepções de Fundamentos presentes nas teses de doutorado, identificamos no estudo de Sakurada (2018) e Ferreira (2015), uma convergência na

compreensão do tema, na medida em que estes autores situam suas reflexões no âmbito da formação e da estrutura curricular para abordar seus objetos de estudo, tendo como parâmetros as DC de 1996.

Sakurada (2018) assume o desafio de analisar como os influxos do “projeto de educação miserável”⁴³ são percebidos no processo de formação, especialmente, no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Ao considerar a escolha deste núcleo para subsidiar suas análises, a autora aponta que não a faz de maneira desarticulada aos demais núcleos (núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social e núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da vida social).

[...] quando falamos dos fundamentos do trabalho profissional, o que estamos destacando é que, as relações do modo de produção e reprodução em um determinado tempo histórico, vão exigir uma força de trabalho específica que domine um conjunto de técnicas, teorias e instrumentos. O que não significa que tal exigência não esteja descolada de um direcionamento nas escolhas éticas e políticas das respostas que o assistente social dará. Ou seja, não significa supervalorizar ou hierarquizar uma dimensão em detrimento das outras, mas compreender que a razão de existir o Serviço Social no tempo histórico do capitalismo monopolista decorre justamente das demandas na garantia da manutenção da reprodução e controle da força de trabalho. (SAKURADA, 2018, p. 126-127).

Nota-se, nesta produção teórica, assim como nas demais produções anteriormente explicitadas, uma identidade quanto à concepção de Fundamentos, que diz respeito à unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que fica clara em Sakurada, quando a autora faz a seguinte afirmação:

A proposta em questão teve como preocupação não autonomizar e nem hierarquizar os núcleos entre si, explicitando uma relação de horizontalidade entre eles, de forma que fosse garantida uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, destacando a dimensão interventiva e investigativa, além da transversalidade da dimensão ética no processo de formação (ABESS/CEDEPSS, 1997; SANTOS, 2006; ORTIZ, 2007). (SAKURADA, 2018, p. 138).

Ao assumir uma concepção de formação baseada na unidade entre os núcleos de fundamentação, as produções reafirmam e fortalecem a direção social crítica e o projeto ético-político da profissão, que se expressam entre outros marcos legais, nas

⁴³ O conceito de “educação miserável” é referenciado pela autora a partir da discussão sobre a razão miserável realizada por Coutinho (2010). Sob essa ótica, entende por “miserável” o projeto de educação do capital “[...] que tende a fragmentar os conteúdos propostos, gerando uma formação fortemente interventiva, esvaziada do conteúdo político e concepções distintas sobre o que é o Serviço Social.” (SAKURADA, 2018, p.20).

diretrizes para os cursos de Serviço Social, conforme aponta documento da ABEPSS (1996).

Direção essa também constatada no conjunto das teses de doutoramento, quanto à escolha da perspectiva teórica-metodológica para embasar suas pesquisas. Neste caso, verificamos a unanimidade da perspectiva marxista/marxiana, apontada como àquela que fornece o necessário rigor para as análises dos seus objetos de estudos.

O método utilizado na elaboração deste estudo foi o dialético-crítico. Tal vetor teórico encontra sua origem na corrente filosófica materialista, que considera os fatores concretos da prática, na produção de conhecimento. A partir do método dialético-crítico, o entendimento construído acerca do homem e da sociedade considera a base material que os constituem (LEFEBVRE, 1995). (FERREIRA, 2015, p. 12).

[...] o teor analítico desta produção fundamenta-se na perspectiva marxiana (e no método materialista histórico e dialético), na medida em que possibilitou percorrer um caminho investigativo e expositivo que não cerceia as implicações econômicas, sociais e ideopolíticas do objeto de estudo. Frente a isso, afigura-se ser o mais adequado, porque propõe efetuar a análise do objeto de pesquisa a partir de suas múltiplas determinações e de sua conexão com a totalidade. [...] O método materialista histórico e dialético, diferentemente de como muitos o concebem, não expressa regras formais de análise e/ou leitura da realidade ou um manual operativo. O que ele possibilita é a captura do movimento e da dinâmica do objeto, no intento de desvendar as contradições que o circunscrevem e fugir do empirismo positivista, o qual tende a fazer uma relação exterior e aparente entre objetos distintos. (GOIN, 2016, p. 21-22).

[...] tal pesquisa contribui para nos apropriarmos mais da categoria trabalho e sua relação com a educação à luz da teoria marxista, permitindo, assim, desvelar a falsa cisão entre o agir e pensar (SAKURADA, 2018, p. 24).

Em conformidade com as produções supracitadas, Closs (2015) refere-se à presença do método dialético-crítico e sua tradição teórica na análise e na intervenção profissional como um

[...] recurso fundamental e heurístico capaz de articular o trânsito entre as diversas situações singulares postas no cotidiano profissional e na totalidade social, forjando as necessárias mediações para um trabalho crítico e propositivo, comprometido com processos reflexivos e emancipatórios. Sem este recurso, que aponta para a importância de uma sólida formação teórico-metodológica voltada para a apreensão dialética e contraditória da questão social, debilitam-se as próprias respostas profissionais, a projeção de ações que transcendam a mera imediatividade das demandas institucionais. (CLOSS, 2015, p. 131).

Como é sabido, a interlocução do Serviço Social com o marxismo tem seu marco inicial no MRLA. Apesar de suas limitações iniciais, é esse referencial

teórico-metodológico aprofundado, a partir dos anos 1980 no Brasil, o ponto de inflexão na trajetória da profissão no campo do conhecimento.

Na letra de Guerra:

Se é na história que vão se gestar as condições de existência da profissão e os temas sobre os quais ela se indaga do ponto de vista teórico-metodológico e ético-político, somente apoiada numa concepção teórica capaz de fazer a crítica do existente é que a profissão pode dar o mergulho ontológico que lhe permite alcançar os seus fundamentos. Somente uma concepção de teoria social crítica e radical, como um conjunto de pressuposições que buscam captar o modo de ser e de se constituir dos processos sociais, a sua lógica a sua dinâmica de constituição (NETTO, 1986) é que permite à profissão superar a aparência do real cristalizada nos fenômenos. (GUERRA, 2004, p. 33).

A opção e o rigor teórico-metodológico pela matriz explicativa de base marxista/marxiana, explicita uma conseqüente negação aos ideais e posturas conservadoras, além da ultrapassagem do imediatismo e explicações endógenas de que se valia a profissão, como uma herança do legado reconceituador, à medida que traz para o centro da discussão a apreensão do seu significado social e da sua funcionalidade na sociedade contemporânea.

O diálogo com o marxismo e sua tradição teórica demonstra, pois, a necessária superação de um marxismo enviesado, ao passo que aponta para o fortalecimento da direção social estratégica, em tempos de avanço do neoconservadorismo e de disputas no campo da produção do conhecimento.

Ademais das produções de conhecimento em análise, observamos após uma leitura qualificada, a presença recorrente de temas que entrelaçam a discussão dos Fundamentos do Serviço Social, na totalidade das teses em análise, sinalizados no quadro abaixo.

Quadro 2– Temas recorrentes nas teses de doutorado que versam sobre os Fundamentos do Serviço Social (2015-2020).

EIXOS DE DISCUSSÃO	TEMAS TRANSVERSAIS
Trajetória sócio-histórica da profissão	<ul style="list-style-type: none"> ● Gênese do Serviço Social no Brasil; ● Questão Social e Serviço Social; ● Relação Igreja Católica e Serviço Social; Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina; ● Renovação brasileira: as principais matrizes teórico-metodológicas; ● Ditadura brasileira e Serviço Social; ● Tradicionalismo/conservadorismo na profissão; ● Intenção de ruptura;
	<ul style="list-style-type: none"> ● Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão;

Projeto ético-político e marcos legais da profissão	<ul style="list-style-type: none"> ● Código de Ética profissional de 1993; ● Hegemonia do PEP; ● Direção social crítica;
Trabalho profissional	<ul style="list-style-type: none"> ● Crise do sistema capitalista; ● Transformações societárias no capitalismo monopolista; ● Contrarreforma do Estado e os impactos nas políticas sociais; ● Precarização do trabalho; ● Limites e possibilidades do trabalho profissional;
Formação profissional	<ul style="list-style-type: none"> ● Proposta curricular de 1982; ● Diretrizes Curriculares de 1996; ● Projeto de educação capitalista; ● A precarização do ensino superior no Brasil; ● Implicações na formação; ● Marxismo e a produção de conhecimento em Serviço Social; ● Projeto crítico de formação profissional.

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Observa-se que são temas diversos que transitam os diferentes núcleos estruturantes das diretrizes curriculares. Isso denota, pois, o esforço dos estudos em capturar a lógica específica de seus objetos de estudo, ultrapassando as fronteiras da profissão e situando-os no movimento da totalidade, a partir das dimensões da singularidade, particularidade e universalidade.

Conforme Pontes (1997), a singularidade corresponde ao nível de existência imediata em que estão explícitos os traços irrepetíveis de situações singulares da vida em sociedade, que se mostram como coisas fortuitas. Nesses termos, corresponde, pois, ao plano da imediaticidade, da pseudoconcreticidade (KOSÍK, 1976), no qual a legalidade social encontra-se velada na sua completude. Na universalidade, no entanto, estão postas as determinações gerais de dadas formações históricas, as quais são regidas por leis tendenciais ou tendências de um complexo social. Quanto a particularidade, esta compreende o espaço no qual a legalidade universal se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza. Isto posto, é justo na relação entre o universal e o singular, através da particularidade ou campo das mediações que está a possibilidade de desvelamento do real, nesse caso, os fundamentos da profissão.

A aproximação com a produção de conhecimento sobre os Fundamentos do Serviço Social, também nos permitiu identificar um leque de temas comuns que atravessam as discussões e nos permitem pensar o trabalho e formação profissional

para responder ao tempo presente, e nos instiga a aprofundar as reflexões sobre os Fundamentos para subsidiar a amplitude das discussões.

Ao mesmo tempo, as teses evidenciam um conjunto de elementos imbricados para pensar o passado e o presente do Serviço Social, revelando uma tendência na apreensão dos Fundamentos, a partir de um importante eixo de análise outrora apontado por Netto (2016, p. 61), que é “a indiscutível necessidade de aprofundar o conhecimento do passado da profissão e de recuperá-lo nos seus momentos mais próximos e mesmo contemporâneos”.

Nesse sentido, ao revisitar a trajetória sócio-histórica, as produções captam o surgimento da profissão e sua imbricada relação com a Igreja Católica, como resposta à latente questão social; o processo de institucionalização da profissão, através da criação das primeiras escolas e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, sintonizado com o desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil; e o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, particularizando a renovação profissional brasileira, que se passa no decurso da ditadura militar, e, que produzem as bases para a ruptura com o tradicionalismo/conservadorismo na profissão.

Com relação a este último aspecto, Lewgoy e Serpa (2018) também registraram sua evidência em pesquisa sobre os Fundamentos. As autoras ressaltam que

[...] o debate das influências conservadoras/neoconservadoras parece ser transversal ao conjunto das produções dessa ênfase na medida em que, mesmo não sendo o objeto central de análise, comparece como elemento determinante que inflexiona a profissão no atual contexto.” (LEWGOY; SERPA, 2018, p. 194).

Outros temas como: a Lei 8.662/93, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, o Código de Ética profissional de 1993, a hegemonia do PEP, e a direção social crítica, também foram identificados nos estudos, e tem relação com o eixo “Projeto ético-político e marcos legais da profissão”.

As teses evidenciam, ainda, temas que transitam no eixo do “Trabalho profissional”, abrangendo desde discussões sobre a crise estrutural do sistema capitalista, e as transformações societárias que provocaram/provocam um reordenamento em toda a estrutura social, aos impactos nas formas de regulação do Estado, logo, às políticas sociais, ocasionados pela ascensão do ideário neoliberal. Aspectos como a precarização do trabalho dos/as Assistentes Social, e os limites e

possibilidades do trabalho, nesse contexto de profundos ataques às profissões, também são recorrentes.

Por fim, no que diz respeito à “Formação profissional”, é notável que este eixo ocupa um espaço significativo nas reflexões. Dentre os temas mais abordados, o projeto de educação capitalista e a precarização do ensino superior no Brasil, como reflexo das contrarreformas do Estado, ocupam lugar de maior preocupação.

A totalidade dos trabalhos analisados, na sua interface com os Fundamentos, nos permitiu compreender as concepções existentes na literatura da área, que apontam para uma convergência de ideias de autores/as que se ancoram na apreensão das matrizes do conhecimento que fundamentaram/fundamentam o Serviço Social brasileiro, mas também aqueles/as que consideram a conjugação da tríade história, teoria e método. São estudos que têm objetos diferenciados, mas buscam nos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares de 1996 os mesmos argumentos para subsidiar suas reflexões e análises. Pressupomos que essa identificação resulta da escolha teórico-metodológica da perspectiva marxista/marxiana, constatada na unanimidade das produções.

Acreditamos que os achados deste estudo possam contribuir teoricamente para o debate na agenda profissional acerca dos Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, na medida em que oferece subsídios para a compreensão do tema, que pouco tem sido abordado, bem como, estimula novos estudos que possam trazer a profissão para o centro das suas discussões.

Concordamos com Guerra (2004, p. 33-34, grifos da autora), que “somente apoiada numa concepção teórica capaz de fazer a crítica do existente é que a profissão pode dar um *mergulho ontológico* que lhe permite alcançar seus fundamentos”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirmamos em estudo anterior (SILVA et al., 2018; SILVA, 2019) que analisar os Fundamentos do Serviço Social não é uma tarefa fácil ou simples, e aqui queremos endossar essa assertiva. Trata-se de um tema “imprescindível e impostergável” (GUERRA, 2021), que nos desafia a pensar para além dos muros da profissão, e, que, a partir de muitas mediações sempre nos apresenta elementos substanciais passível de novos estudos.

As reflexões expostas estão longe de esgotar a complexidade que entretece a problemática da produção de conhecimento no âmbito dos Fundamentos, na contemporaneidade. O que nos motivou a pesquisar a temática foi a necessidade de contribuir com o alargamento e aprofundamento do debate na agenda profissional, bem como, em dar visibilidade ao tema que, como vimos, vem enfrentando novas e reeditando velhas polêmicas.

Nesse percurso de aproximação e de pesquisa foi possível constatar alguns elementos que nos possibilitaram apreender, acreditamos, parte de uma ampla e complexa teia de mediações, objeto deste estudo. Elementos estes que, aqui, buscaremos, numa tentativa de síntese, destacá-los.

As aproximações realizadas ao longo desse construto, e, de modo particular, a produção de conhecimento analisada, nos revelaram que o debate dos Fundamentos, **sob a perspectiva crítica vem se mostrando predominante** para desvelar os processos sociais que atravessam a sociedade contemporânea e a profissão. Isso significa que, embora os estudos apresentem objetos de diversas naturezas, não divergem quanto à adoção da perspectiva teórica-metodológica para iluminar o debate sobre os Fundamentos, sendo esse debate hegemonicamente informado pela totalidade histórica do real. Comparece, portanto, uma adesão e fortalecimento com a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão.

Foi possível constatar, ainda, nas produções analisadas, a similaridade na explicitação da concepção de Fundamentos do Serviço Social, que transitam entre a **apreensão da história, da teoria e do método**, que ancoram os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, bem como, a **apreensão das matrizes explicativas da realidade e da**

profissão, que permitem interpretar o movimento do real e o significado da profissão, para responder ao tempo presente.

Na contramão do debate, a identificação de uma restrita produção que se debruça em estudo sobre os Fundamentos do Serviço Social, reafirmando uma tendência já destacada por pesquisadores/as do tema. Sobre esse aspecto, é preciso destacar que nos últimos anos a categoria profissional, sobretudo, a ABEPSS e os grupos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-graduação no Brasil, vem trazendo o tema para discussão de forma a ampliar o debate no lastro da produção intelectual.

Isto posto, acreditamos que os desfechos aqui compilados poderão oferecer subsídios capazes de adensar o debate sobre os Fundamentos do Serviço Social brasileiro, e, ao mesmo tempo, instigar o interesse de pesquisadores/as sobre a relevância do tema, na medida em que poderá subsidiar estratégias coletivas de fortalecimento profissional com a direção política, ética e teórica condizente com o projeto ético-político profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2022. **História**. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/historia-7>. Acesso em: 24 nov. 2022.

ABEPSS. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

ABESS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de nov. 1996). **Cadernos ABESS**, n. 07. Formação Profissional: trajetórias e desafios. Edição Especial. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano XVII, n. 50. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. 40 anos do “Congresso da Virada”. SILVA, M. L. de O. **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez Editora, 2019, p. 35-55.

ABRAMIDES, M. B.; CABRAL, M. S. R. Organização Política do Serviço Social e o Papel da CENEAS/ANAS na Virada do Serviço Social Brasileiro. CFESS (Org.) ABEPSS, ENESSO, CRESS/SP (Co-orgs.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009b, p. 55-78. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2022.

ABREU, M. M.; SIMIONATTO, I. A situação da pesquisa em Serviço Social no Brasil 1990-1996. **Cadernos ABESS**, n. 07. Formação Profissional: trajetórias e desafios. Edição Especial. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

BARROCO, M. L. Serviço Social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano IX, n. 17, p. 131-143, 2009.

BATISTONI, M. R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro: Revista de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017, n.40, v. 15, p. 136-150.

BATISTONI, M. R. **Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias**. IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na

América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2021, p. 71-93.

BRAVO, M. I. S.; RAIZER, E. C.; LEMOS, E. L. S.; ELPIDIO, M. H. O protagonismo da ABESS/ABEPSS na *virada* da formação profissional em Serviço Social. SILVA, M. L. de O. **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez Editora, 2019, p. 56-82.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**: destruturação do Estado e perda de direitos, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CANTALICE, L. B. O. As Incidências Pós-modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social. **Tese** (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2013.

CARVALHO, D. B. B.; SILVA, M. O. S. (Orgs.). Serviço Social, Pós-graduação e Produção de Conhecimentos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTELO, R. A teoria marxiana do pauperismo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Unicamp, 2006.

CELATS. Apresentação. IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 11ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, nº. 118. São Paulo: Cortez, 2014, p. 239-264.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais** (aprovado em 15 de março de 1993). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 02 dez. 2022.

CORNELY, S. A. Crônicas de uma história recente: Alguns avanços que deram maior visibilidade ao serviço social gaúcho, especialmente à Faculdade de Serviço Social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2002.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

ENESSO. Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. **História da ENESSO**, 2014. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2022.

ESCORSIM NETTO, L. O Conservadorismo Clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, V. P. O Congresso brasileiro de Assistentes Sociais na conjuntura dos anos 70. CFESS (Org.) ABEPSS, ENESSO, CRESS/SP (Co-orgs.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009b, p. 15-42. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FALEIROS, V.P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez 1997.

FALEIROS, V. P. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano VIII, n. 24. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

FARAGE, E. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade** [online], n. 140. São Paulo, 2021, p. 48-65. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.237>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

GARCIA, M. L. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Reflexões sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil através do perfil dos docentes. **Revista Katálysis** [online], v. 20, n. 02, 2017, p. 155-164. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p155>. Acesso em: 25 nov. 2022.

GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. GUERRA, Y. et al. **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018. p. 25-46.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Revista Serviço Social & Sociedade** [online], n. 136. São Paulo, 2019, p. 439-461. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.188>. Acesso em: 06 set. 2022.

IAMAMOTO, M. V. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, v.18, n.2. Juiz de Fora: UFJF, 2018, p. 204-226. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18603>. Acesso em: 16 out. 2022.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade** [online], n. 120. São Paulo, 2014 p. 608-639. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.001>. Acesso em: 26 ago. 2022.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**, 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a, p. 15-50. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 26ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2004.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, 11ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

IANNI, O. A ditadura do Grande Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

JAMENSON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

KOIKE, M.M.S. Jubileu de Ouro. *Cadernos ABESS*, nº 7. São Paulo: Cortez, 1997.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LEMOS, E. L. S.; ELPÍDIO, M. H.; IAMAMOTO, M. V.; RAICHELIS, R. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e a pesquisa acadêmica no CELATS. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, ES: UFES, 2018.

LÖWY, M. "A contrapelo": concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Revista Lutas Sociais**, n. 25/26. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011, p.20-28.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses. Religião e política na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, G. S; CLOSS, T.; ZACARIAS, I. R. Reconceituação latino-americana do serviço social: as ideias cepalinas e da teoria dependência. **Anais da XI Jornada de Políticas Públicas (JOINPP)**. São Luiz: Cidade Universitária da UFMA, 2019.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política** (Livro 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a., 19. ed. v. 1-2.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos** (Coleção Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MOLJO, C. B. et al. **Tendências teórico-políticas no Serviço Social argentino nas décadas de 1960 e 1970: a Reconceituação em debate.**

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**, 17. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, n.º 111. São Paulo: Cortez, 2012, p. 413-429.

NETTO, J. P. III CBAS: Algumas Referências para a sua Contextualização. CFESS (Org.) ABEPSS, ENESSO, CRESS/SP (Co-orgs.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009b, p. 15-42. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>. Acesso em 10 set. 2022.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. MOTA, A. E. et al. (org.). **Serviço Social e Saúde**. São Paulo: Cortez Editora; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009a.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005, n. 84, ano XXVI. p. 5-19.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis** 3. n. II. jan. - jun./2001.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAS/UnB, 1999. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.

NETTO, J. P. Transformações societária e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, José Paulo. A Controvérsia paradigmática nas Ciências Sociais. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 5, p. 7-16, 1992.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 5. São Paulo: Cortez, 1981b, p. 59-75.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à Razão Dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ORTIZ, M. F. G. Legado da Reconceituação para o Serviço Social brasileiro. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010, p. 155-161.

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

QUIROGA, C. **Invasão Positivista no Marxismo: manifestações do ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, L. L. Serviço Social na América Latina: 1970-1980. **Revista em Pauta**. n. 20, Rio de Janeiro, 2007a.

SANTOS, L. L. **Textos de Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2ª ed., 1983.

SCHEFFER, G.; CLOSS, T. T.; ZACARIAS, I. R.; MIZOGUCHI, J. F. **O reformismo reconceituador entre a articulação latino-americana e a renovação do Serviço Social brasileiro**. IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2021, p. 95-118.

SILVA, M. L. de O. **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

SILVA, Y. V.A. produção científica sobre os fundamentos do serviço social nos anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social/ENPESS. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharel em Serviço Social). Campina Grande: Centro de Ciências Social Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, 2019.

SILVA, Y. V. A.; NÓBREGA, M. B.; SANTOS SILVA, A. C.; NETO, H. L. S. Os Fundamentos do Serviço Social Brasileiro na Produção Científica do XV Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS). **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1 n. 1. Vitória: UFES, 2018.

SILVEIRA JÚNIOR, A. A. A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. **Revista Temporalis**, ano 16, n. 31, 2016, p. 167–188.

SIMIONATTO, I. **Prefácio**. IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2021, p. 13-23.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 98-122.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: Editora UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b, p. 143-163.

YAZBEK, M. C.; SILVA E SILVA, M. O. Das origens à atualidade da profissão: a Construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. CARVALHO, D. B. B.; SILVA E SILVA, M. O. (org.) **Serviço Social, Pós-Graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2005, p. 25-49.

YAZBEK, M. C. Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 14. São Paulo: Cortez Editora, 1984, p.39-73.

APÊNDICES

APÊNDICE A
ROTEIRO PARA LEITURA DIRIGIDA DAS TESES

1. Programa de Pós-Graduação;
2. Título da Tese;
3. Ano de defesa da tese;
4. Autor (a);
5. Questão central de pesquisa;
6. Objetivos do estudo;
7. Universo pesquisado;
8. Perspectiva teórico-metodológica adotada;
9. A motivação pelo campo de investigação;
10. Concepções de fundamentos que apresentam;
11. A relação com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social;
12. Resultados alcançados;
13. Número de páginas.